

WANDER GALVÃO LOPES FERNANDES

**NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NA
CIDADE DE LAGES A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

Orientadora: Dra. Mareli Eliane Graupe

Coorientador: Dr. Dalvan Antonio de Campos

LAGES

2022

Ficha Catalográfica

F363n Fernandes, Wander Galvão Lopes.
Narrativas sobre a violência de gênero contra as mulheres na cidade de Lages a partir de um grupo reflexivo/Wander Galvão Lopes Fernandes – Lages, SC, 2022.
120 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Mareli Eliane Graupe
Coorientador: Dalvan Antonio de Campos

1. Violência contra as mulheres. 2. Grupos de ajuda mútua. 3. Narrativas (Homens) . I. Graupe, Mareli Eliane. II. Campos, Dalvan Antonio de. III. Título.

CDD 364.374

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

Wander Galvão Lopes Fernandes

**NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NA
CIDADE DE LAGES A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Saúde.

Aprovada em 29 de setembro de 2022.

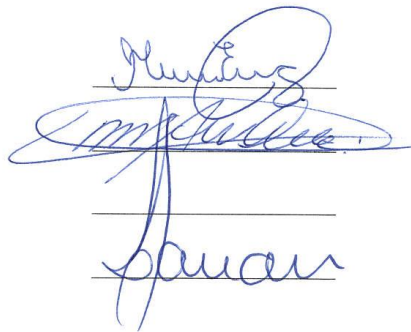
Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe
(Orientadora e Presidente da Banca Examinadora)

Prof. Dr. Dalvan Antônio de Campos
(Coorientador)

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
(Examinador Titular Externo -PPGE/UNIPLAC)

Profa. Dra. Lilia Aparecida Kanan
(Examinadora Titular Interna - PGAS/UNIPLAC)



DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame de Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 28 de novembro de 2022.

Wander Galvão Lopes Fernandes

Dedico esta dissertação de Mestrado à minha
filha Marina Paulina Rafaeli Fernandes, fonte
de inspiração, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Este momento é muito importante e com certeza traz alegrias e emoções, pois a família, amigos, professores e pessoas que a gente conhece ao longo da vida se tornam especiais, a todos e todas eterna gratidão.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe Marilva por todo o apoio e amorosidade e por sempre me incentivar a estudar. Obrigado por tudo, te amo e sempre te amarei.

Agradeço ao meu pai Antônio Fernandes, que é português e reside em Lisboa. Saudades do senhor, ainda bem que existem chamadas de vídeos que a tecnologia proporciona para vivenciarmos momentos mesmo que à distância.

Espero logo nos vermos novamente e o senhor conhecer sua neta Marina Fernandes. Te amo, pai, e obrigado por me levar à escola e cuidar de mim. Gratidão, pai.

Agradeço ao meu irmão, amigo e um ser especial em minha vida: Flávio Fernandes, tenho plena certeza que o ser humano que sou e me tornei devo muita coisa a você, um ser responsável e que trilha junto comigo a busca de sabedoria e os cuidados aos nossos familiares.

Agradeço também à minha cunhada Kemely e às minhas amadas sobrinhas Laura e Lorena, que são tudo em minha vida. Amo vocês, minhas pequenas.

Agradeço à minha irmã Amélia por toda inspiração e incentivo aos estudos, tenho orgulho de você e da sua trajetória acadêmica, és uma brilhante professora do Curso de Serviço Social de Botucatu/SP. Amo você, mana, sobrinho João, sobrinha Sofia e cunhado Everaldo, eterna gratidão a vocês.

Agradeço aos seres iluminados que fazem parte da minha vida: Francisco, Sofia e Vitória, a cada dia estando com vocês valorizo os momentos, as risadas, os estudos e os filmes, além das reflexões que sempre fazemos. Continuem sendo esses seres maravilhosos e obrigado por cuidar da Marina (Nina).

Agradeço a um ser especial e uma mulher iluminada: Priscila, a mãe da Marina. Nossa filha chegou em meio a muitos desafios para nos dar amor e felicidade em nossas vidas. Obrigado por tudo e conte sempre comigo. Vocês duas são mulheres especiais em minha vida.

Agradeço em especial à minha orientadora Dra. Mareli por todo suporte, carinho, momentos de empatia e orientações ao longo do mestrado. Eterna gratidão, seus ensinamentos caminham junto de mim.

Agradeço também ao meu coorientador Dr. Dalvan por todo aprendizado passado e com tamanha humildade, seu acolhimento me fez trabalhar sentimentos de resiliência no caminho da dissertação. Obrigado por tudo, de coração.

Agradeço a todos os professores e a todas as professoras do Mestrado em Ambiente e Saúde pelo conhecimento e amizades ao longo da caminhada. Também agradeço as amizades do pessoal e de professores e professoras do Mestrado em Educação.

Eternos agradecimentos ao colegiado do Curso de Serviço Social, que me acolheu como professor no ano de 2014 e sigo até o presente momento, vocês fazem a diferença na minha vida, em especial às professoras Audrilara, Brenda, Vanuza e Juciane, aprendo com vocês todos os dias – me sinto honrado pela nossa profissão e por termos um colegiado unido no Curso de Serviço Social.

Agradeço aos homens autores de violência de gênero contra as mulheres participantes do grupo reflexivo e também aos facilitadores e às facilitadoras, sem vocês este estudo não seria possível, pessoas incríveis que levo comigo hoje e sempre. Obrigado por momentos reflexivos e de novos significados.

Agradeço ao amigo Doutor Takaschima, que sempre se colocou à disposição para me receber e trilhar a busca de novos conhecimentos, tanto com os trabalhos com a população em situação de rua como a dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres. Eterna gratidão.

Agradeço ao meu amigo e irmão Alysson Drakkar, desde que nos conhecemos em um evento na área da Saúde em Brasília no ano de 2014 a nossa amizade só aumentou, obrigado por todo apoio e carinho, sei que estás a trabalhar na sua tese de Doutorado com Artes Visuais. Espero logo gravarmos mais um material da nossa banda e projeto Zalaam, forte abraço e um até breve.

Agradeço aos discentes do Curso de Serviço Social da Uniplac, vocês são pessoas que admiro e construímos juntos a caminhada de conhecimento e transformações sociais, lutem e acreditem sempre em vocês.

Um eterno agradecimento especial ao nosso eterno professor e amigo Dr. Geraldo Augusto Locks (*in memoriam*) que tive o privilégio que fizesse parte da banca de defesa desta dissertação sendo avaliador titular externo em setembro de 2022, vindo a falecer no mês de outubro, obrigado por todo amor, dedicação e conhecimento dividido conosco. Eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho de dissertação de mestrado tem como temática narrativas sobre a violência de gênero contra as mulheres na cidade de Lages, estado de Santa Catarina, a partir de um grupo reflexivo de gênero. A relevância desta pesquisa se dá pelo contexto social e histórico em relação às violações de direitos das mulheres, em especial por meio das violências perpetradas por homens. Além disso, compreender as narrativas de homens autores de violência também se coloca como uma possibilidade de ações para transformação social para prevenção dos atos violentos contra as mulheres. Na perspectiva interdisciplinar, nota-se que as situações de violência perpassam por diversas áreas como a saúde, a sociologia, a psicologia, o direito, dentre outras. Neste sentido, ao abordar o tema com este olhar crítico e amplo busca-se a valorização da qualidade de vida e do respeito às mulheres enquanto sujeitos de direitos. Assim, o problema da pesquisa foi: quais são os sentidos construídos nas narrativas dos participantes e facilitadores(as) do grupo reflexivo de gênero para homens sobre as violências de gênero contra as mulheres na cidade de Lages. A partir dessa problemática, foi elaborado o seguinte objetivo: compreender as narrativas de homens autores de violência e de facilitadores(as) de um grupo reflexivo sobre as violências de gênero contra as mulheres na cidade de Lages, Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Os participantes da pesquisa foram homens autores de violência contra mulheres e facilitadores(as) que participavam do grupo reflexivo. Foram empregadas para a coleta de dados entrevistas individuais e semiestruturadas, além de questionário socioeconômico. Foi empregada análise narrativa para construção dos resultados que foram discutidos com a literatura científica relacionada à temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e todos os procedimentos para pesquisa com seres humanos foram respeitados. Foram realizadas entrevistas com 6 pessoas, sendo 2 homens autores de violência e 4 facilitadores (2 homens e 2 mulheres). O grupo reflexivo de gênero constituído de 10 participantes homens autores de violência contra mulheres e 4 facilitadores(as). A partir da análise dos dados, os resultados foram separados em dois blocos: narrativas dos homens autores de violência e narrativas dos facilitadores(as). Nas narrativas dos homens autores de violência foram abordadas situações pré e pós participação no grupo reflexivo, sendo identificadas duas categorias pré e três categorias no momento pós grupo. Para as narrativas dos(as) facilitadores(as) foram identificadas três categorias discutidas e analisadas ao longo do trabalho. A partir desses achados, foi possível identificar a importância do grupo reflexivo de gênero para abordagem dos homens autores de violência, possibilitando um local seguro e acolhedor para trabalharem questões subjetivas, fazendo-os em alguma medida refletir e transformar seu pensamento e modo de agir com as mulheres. O grupo reflexivo de gênero surge como uma possibilidade de discussão sobre as práticas de masculinidades e enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres.

Palavras-chave: Narrativas de homens. Violência de gênero contra mulheres. Grupo reflexivo de gênero.

ABSTRACT

This master's thesis work has as its theme narratives about gender violence against women in the city of Lages, state of Santa Catarina from a gender reflective group. The relevance of this research is due to the social and historical context in relation to women's rights violations, especially through violence perpetrated by men. Moreover, understanding the narratives of men who are authors of violence against a possibility of actions for social transformation for the prevention of violent acts against women. From a linear perspective, it is noted that situations of violence cross several areas such as health, sociology, psychology, and law, among others. In this sense, by approaching the theme with this critical and broad view, we seek to enhance the quality of life and respect for women as subjects of rights. Thus, the research problem was: What are the meanings built in the narratives of the participants and facilitators of the gender reflection group for men about gender violence against women in the city of Lages. From this problematic the following objective was elaborated: To understand the narratives of male perpetrators of violence and facilitators of a reflection group about gender violence against women in the city of Lages, Santa Catarina. This is a qualitative research. The participants of the research were men who were authors of violence against women and facilitators who participated in the reflection group. For data collection individual and semi-structured interviews were used, as well as a socio-economic questionnaire. Narrative analysis was used to analyze the results, which were discussed with the scientific literature related to the theme. The research was approved by the Research Ethics Committee (CEP) and all the procedures for research with human beings were respected. Interviews were carried out with 6 people, being 2 men authors of violence and 4 facilitators (2 men and 2 women). The gender reflective group consisted of 10 male participants who were authors of violence against women and 4 facilitators. From the data analysis, the results were separated in two blocks: narratives from the men perpetrators of violence and narratives from the facilitators. In the narratives of the male perpetrators of violence situations were addressed pre and post participation in the reflection group, being identified two categories pre and three categories post group. For the facilitators' narratives, three categories were identified, which were discussed and analyzed throughout the study. From these findings, it was possible to identify the importance of the gender reflective group to approach men who are authors of violence, providing a safe and welcoming place to work on subjective issues, making them reflect and transform their thinking and way of acting with women. The Gender Reflective Group emerges as a possibility of discussion about the practices of masculinities and confrontation of gender violence against women.

Keywords: Men's narratives. Gender violence against women. Gender reflective group.

IMPACTO E CARÁTER INOVADOR DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

No presente estudo trabalharemos com impactos de inovação tanto para a academia como também para a comunidade regional, nacional e internacional sobre percepções por meio de narrativas sobre a violência de gênero contra as mulheres na perspectiva de trabalho de um grupo reflexivo de gênero. Esta dissertação busca subsídios para que a gestão pública e os órgãos governamentais, bem como a sociedade como um todo, tenham um impacto social educacional e com maior ênfase nas discussões de violência de gênero tanto nas universidades como na gestão pública e sociedade. Outros impactos esperados com este trabalho são a respeito de produzir aspectos de impactos tecnológicos e econômicos para a sociedade, com crescimento e investimento de indústrias, tanto de forma direta como indireta, bem como mecanismos de trabalho com tecnologias sociais que produzam discussões das violências de gênero nos diversos setores da sociedade. Também foram destacados impactos de possíveis inovações a respeito de contribuições para a gestão sanitária com novas formulações de políticas específicas da área da saúde. Um dos impactos de relevância consiste na perspectiva cultural, principalmente de romper com o machismo e o patriarcado, com possíveis formulações de políticas culturais e ampliação do acesso à cultura e ao conhecimento, vislumbrando o respeito a diversidade e com um viés de trabalho interdisciplinar. O impacto artístico também vem como sendo um advento importante para poder trabalhar na qualificação e formação de pessoas para que possam trabalhar questões inerentes à violência de gênero contra a mulher e temas semelhantes, além do desenvolvimento artístico e formulação de propostas inovadoras. Um dos impactos inovadores que são de destaque consistem no impacto profissional dos sujeitos, possibilitando a consciência e mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão e um olhar ampliado a respeito de violências de gênero, mercado de trabalho e valorização das mulheres. Esperamos que ocorra um processo em relação ao impacto legal deste trabalho, bem como a contribuição para a formação de profissionais que venham a aprimorar procedimentos na área jurídica com possibilidade de aplicar novos conhecimentos na prática forense em relação às violências de gênero e comunidade. Esperamos que tenha este relevante propósito que se refere ao impacto ambiental e desenvolvimento territorial, com possibilidades de contribuição para o equilíbrio ambiental, aspectos socioambientais, valorizando a manutenção da biodiversidade, da natureza e dos povos e das comunidades em geral. Como impacto e caráter inovador da produção intelectual cabe mencionarmos a relevância de aplicar os conhecimentos adquiridos no mestrado em Ambiente e Saúde, além de possibilitar a continuação de trabalhos e projetos de extensão, processos e serviços nas comunidades com efetivação de criação de novos grupos reflexivos de gênero na cidade e na região, produzindo novos olhares e entendimentos acerca das violências de gênero contra as mulheres e a efetivação dos direitos das mesmas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASM	– Centro de Estudos e Assistência à Saúde da Mulher
DEAM	– Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
GECAL	– Grupo Gênero, Educação e Cidadania na América Latina
OEA	– Organização dos Estados Americanos
SVS	– Secretaria de Vigilância em Saúde
UNIPLAC	– Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	OBJETIVOS	27
2.1	OBJETIVO GERAL.....	27
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	29
3.1	A TEORIA DO PATRIARCADO NO DEBATE SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO	29
3.1.1	Patriarcado: origem e suas influências na vida social dos homens.....	29
3.2	MACHISMO COMO UM FATOR POTENCIALIZADOR DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	36
3.3	RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....	39
3.4	PRÁTICAS E CONSTRUÇÕES DA MASCULINIDADE	41
4	VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER.....	45
4.1	CONCEITOS, CAUSAS E FORMAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES.....	46
4.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS DESAFIOS ATUAIS.....	50
4.2.1	Grupo Reflexivo de Gênero	53
5	MATERIAIS E MÉTODOS.....	59
5.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	59
5.2	LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES	60
5.3	QUESTÕES ÉTICAS.....	61
5.4	PROCEDIMENTO DE COLETA E REGISTRO DE DADOS	62
5.5	ANÁLISE DE DADOS.....	63
6	RESULTADOS.....	65
6.1	O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	65
6.2	NARRATIVAS DOS/SOBRE OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA.....	68
6.2.1	Caracterização dos interlocutores	68
6.2.2	Significados das narrativas dos homens autores de violência antes do grupo de reflexão	70
6.2.4	Percepções sobre o papel das mulheres e dos homens	75

6.3	SIGNIFICADOS DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA APÓS A ENTRADA DO GRUPO DE REFLEXÃO	79
6.3.1	Percepção da violência, sentimento de acolhimento e empatia	79
6.3.2	Impactos e transformações na vida e relação com a violência	83
6.4	NARRATIVAS DOS/SOBRE OS(AS) FACILITADORES(AS) DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS	86
6.4.1	Significados das narrativas dos(as) facilitadores(as) dos grupos reflexivos sobre violências de gênero	86
6.4.2	Importância dos grupos reflexivos com homens autores de violências contra as mulheres no contexto da Serra Catarinense	87
6.4.3	Consciência e desafios sobre os atos de violência dos homens contra as mulheres.....	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICES	111
	Apêndice A – Roteiro da Entrevista com os homens autores de violência de gênero contra as mulheres.....	111
	Apêndice B – Roteiro da Entrevista com as/os facilitadores/as.....	115
	Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	119

1 INTRODUÇÃO

A temática das violências de gênero contra as mulheres é um problema social emergente, considerado como uma violação dos direitos humanos. Nesta perspectiva, busca-se com este trabalho de dissertação compreender as narrativas dos participantes e facilitadores(as) de um grupo reflexivo sobre as violências de gênero contra as mulheres para homens autores de violência existente na cidade de Lages, Santa Catarina.

A participação dos homens autores de violências contra as mulheres nos grupos reflexivos de gênero se consolida e proporciona aos mesmos uma reflexão sobre as relações sociais e familiares, modo de exercer sua cidadania e autonomia, não com o viés do caráter punitivo, mas sendo estes os agentes de sua transformação e conscientização de suas atitudes e das relações sociais (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Destaca-se que no processo educacional são raros os momentos de discussão e reflexão acerca da violência de gênero contra as mulheres, bem como sobre o patriarcado, as formas de preconceitos, os impactos sociais e psicológicos que são desencadeados por estes na vida das mulheres, homens e da sociedade em geral (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Entende-se o patriarcado como “um sistema com estruturas” que vão se consolidando e modificando ao longo do tempo, devendo sempre ter em mente e considerar a relação da raça e etnia da classe, relacionando-se com as dimensões da vida bem como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, o Estado, a sexualidade e as instituições culturais (DE AZEVEDO, 2016).

O patriarcado é entendido como fruto das relações de dominação dos homens sobre as mulheres ao longo dos processos sociais e históricos; sendo, assim, o patriarcado não é algo estático, mas sim histórico e político que se altera ao longo do tempo (DE AZEVEDO, 2016).

Neste sentido, as violências de gênero, desencadeadas pelas construções sociais naturalizadas sobre o papel de homens e mulheres na sociedade, traz prejuízos para a saúde das mulheres, sendo que o espaço (ambiente) e as relações sociais produzem novos significados, bem como ir além dos aspectos de saúde e proporcionar efetiva qualidade na vida dessas mulheres que vêm sofrendo alguma forma de violência de gênero (SOARES, 2019).

No Brasil, os casos registrados nos últimos anos deixam o país em quinto lugar no ranking com a composição de 83 países em relação aos crimes de feminicídio contra as

mulheres. Nota-se que o feminicídio é a última instância de controle das mulheres pelos homens, ou seja, o controle da vida e da morte. Destaca-se ainda que a violência de gênero no Brasil é, em grande parte, perpetrada pelos homens, em especial no ambiente intrafamiliar (SOARES, 2019).

Por outro lado, nos últimos anos vem se discutindo a necessidade de abordar de forma não punitiva os homens autores de violência, buscando compreender a violência como um processo relacional de gênero, sendo os homens também produto da construção social e histórica (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). Nesse contexto, estudos apontam para a necessidade de trabalhar de forma restaurativa e preventiva com os homens para diminuição dos índices de violência, tendo como estratégia principal os grupos reflexivos (BANIN; BEIRAS, 2016; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Desta forma, o desenvolvimento de pesquisa acerca desse tema tem mobilizado pesquisadores e pesquisadoras em universidades e institutos de pesquisa, visando conhecer os formatos bem como os resultados e as transformações dos homens autores de violência por meio de intervenções com grupos reflexivos de gênero (BANIN; BEIRAS, 2016; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Este caminho tem proporcionado o desenvolvimento de conhecimento sobre o tema e fomentado discussões envolvendo gênero, construções de masculinidades e violência contra as mulheres, desde espaços de produção de conhecimento até os formativos (BANIN; BEIRAS, 2016; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Todavia, destaca-se a necessidade de conhecer estratégias e iniciativas locais, com vistas a compreender como as dinâmicas históricas e sociais influenciam na percepção dos homens autores de violência de gênero. Neste sentido, a cidade de Lages muitas vezes é conhecida pelas riquezas naturais e históricas das tropas de gado, porém desde os primórdios a cultura coronelista e patriarcal se fazem presentes (LOCKS, 2016).

Em Lages, por meio da cultura da fazenda e do polo madeireiro, desenvolveu-se a percepção do homem como a figura de chefe de família e que detém a última palavra e os recursos financeiros, comandando a mulher e os filhos (LOCKS, 2016).

Já as mulheres neste contexto, desde os tempos das grandes fazendas, ficavam com as tarefas de cuidado da casa e com a educação dos filhos. Para os homens cabia a responsabilidade

da rua, atividades estas de sua propriedade e das questões econômicas, sociais e políticas para além da fazenda (LOCKS, 2016). Ou seja, reforçou-se historicamente esses papéis tradicionais de gênero, naturalizando os espaços tradicionais do masculino e do feminino.

Dessa forma, em Lages e na Serra Catarinense, o machismo e o patriarcado estão na base e nos pilares das relações e interações sociais desde os primórdios. Assim, as violências de gênero contra as mulheres são questões identificadas e bastante relevantes no contexto atual, enquanto um fenômeno social e histórico local que vai de encontro à conscientização da valorização das mulheres e equidade de gênero (LOCKS, 2016).

Sendo assim, este trabalho torna-se relevante, pois pretende se debruçar sobre este problema, dando atenção para um aspecto pouco estudado, que são as narrativas dos homens autores de violência e de facilitadores no contexto dos grupos reflexivos para discussão sobre as violências de gênero contra as mulheres bem como as construções sociais de masculinidades.

A partir disso, destaca-se três aspectos de contribuição deste estudo, a saber: para comunidade em geral, para o pesquisador e para o cenário acadêmico.

Em relação ao primeiro, observa-se que o desenvolvimento deste trabalho amplia as discussões sobre a violência de gênero, sendo uma forma de manter esse debate aceso, bem como estimular a manutenção e o desenvolvimento de políticas públicas e programas para prevenção e abordagem da violência de gênero, com uma perspectiva relacional.

Ou seja, envolvendo e pensando nas mulheres e nos homens em busca de uma cessação das situações de violência.

Em relação ao segundo aspecto, destaca-se que o pesquisador que desenvolveu este trabalho é profissional do serviço social e integrante do serviço público municipal bem como professor do curso de graduação do curso de serviço social e integrante no ambulatório para adolescentes da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

Neste sentido, atua no seu cotidiano com a temática das violências contra as mulheres e com homens autores de violência, sendo que o desenvolvimento desta pesquisa surge e responde às inquietações vivenciadas e abordadas no seu dia a dia, contribuindo para seu aperfeiçoamento enquanto profissional e docente.

Por fim, em relação ao terceiro aspecto, as principais contribuições para o cenário acadêmico se referem à disponibilização de informações científicas provenientes de dados empíricos e contextualizados na cidade de Lages, sobre as narrativas dos homens autores de violências e facilitadores(as) no contexto dos grupos reflexivos.

Mediante a isso, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa que norteou a pesquisa desta dissertação: quais são os sentidos construídos nas narrativas dos participantes e facilitadores(as) do grupo reflexivo de gênero para homens sobre as violências de gênero contra as mulheres na cidade de Lages.

Para uma se ter um entendimento e sabermos de estudos na atualidade envolvendo o respeito das violências de gênero contra as mulheres e em consonância com narrativas sobre a violência de gênero contra as mulheres no país, foi realizada uma pesquisa na base de dados do Google Acadêmico e no Scielo.

Deste modo, foram realizadas pesquisas por meio das palavras-chave: narrativas sobre violência de gênero, grupos reflexivos de gênero e violência de gênero contra as mulheres, com artigos publicados nos últimos cinco anos, e na busca apareceram um total de 15.200 artigos pesquisados no Google Acadêmico.

Por outro lado, ao pesquisarmos no Scielo com as palavras-chave mencionadas acima, não apareceu nenhum artigo. Foi feita busca por palavra-chave de forma isolada e ao procurarmos com a descrição “narrativas sobre violência de gênero” apareceram 50 artigos, já com a descrição “grupos reflexivos de gênero” apareceram apenas dois artigos e com a descrição “violência de gênero contra as mulheres” apareceram 362 artigos. Essas pesquisas foram novamente verificadas pelo pesquisador no mês de novembro de 2022.

Torna-se relevante mencionarmos que não apareceram estudos e artigos com a temática no que se refere à região serrana e mais precisamente na cidade de Lages.

Reforçamos que este trabalho de dissertação consiste em um estudo inédito que aborda sobre uma perspectiva inovadora e interdisciplinar em se tratar de violência de gênero contra as mulheres a partir de um grupo reflexivo, um trabalho acadêmico inédito na cidade de Lages e que reforça o aprimoramento intelectual e científico bem como deve existir mais políticas públicas e uma ampla conexão com segmentos que trabalhem pela garantia e efetividade de direitos às mulheres.

A seguir, apresentaremos os objetivos do presente trabalho e que darão suporte referente à temática apresentada e analisada no decorrer da dissertação. Logo após, observaremos uma revisão de literatura com o aprimoramento minucioso de tópicos e seções e, em seguida, apresentaremos sobre violência de gênero contra as mulheres.

Dando continuidade, em seguida serão apresentados os aspectos dos materiais e métodos utilizados para uma melhor compreensão de como o estudo e a pesquisa aconteceram, bem como do trajeto metodológico percorrido no estudo.

No capítulo seguinte, trabalharemos com os resultados e os significados das narrativas dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres e dos(as) facilitadores(as).

Como última seção da presente dissertação apresentaremos as considerações finais e a relevância do presente trabalho, com os principais impactos e significados dos participantes oriundos do trabalho realizado com o grupo reflexivo Coração Valente. Ao final, são apresentados os referenciais bibliográficos utilizados ao longo desta dissertação.

2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos da presente dissertação, sendo em um primeiro momento o objetivo geral e em seguida os objetivos específicos, bem como tais objetivos são trabalhados no decorrer do trabalho. Em seguida, na próxima seção, abordaremos sobre a revisão de literatura.

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as narrativas de homens autores de violência e de facilitadores(as) de um grupo reflexivo sobre as violências de gênero contra as mulheres na cidade de Lages, Santa Catarina.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os fatores sociais, culturais, educacionais e econômicos dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres participantes do grupo reflexivo.
- Descrever o grupo reflexivo de gênero para homens autores de violência contra mulheres denominado “Coração Valente”.
- Caracterizar os significados das narrativas dos homens autores de violências e dos(as) facilitadores(as) sobre as violências de gênero.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo de revisão de literatura apresentaremos aporte teórico e referenciais que vêm a contribuir com o tema deste trabalho, o primeiro a ser trabalhado é sobre a teoria do patriarcado no debate sobre relações de gênero.

Em seguida, para uma compreensão do tema, trazemos questões pertinentes ao patriarcado: origem e suas influências na vida social dos homens.

Como terceiro tópico trabalhado neste estudo, abordaremos sobre o machismo como um fator potencializador da violência de gênero.

Dando seguimento nos aportes teóricos, abordaremos a respeito das relações de gênero: uma discussão teórica. Como último tópico desta seção, trabalharemos as práticas e construções da masculinidade

3.1 A TEORIA DO PATRIARCADO NO DEBATE SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO

O presente capítulo apresenta aspectos teóricos sobre patriarcado e relações de gênero. Concernente ao patriarcalismo, abordaremos no primeiro tópico os aspectos gerais do poder patriarcal e as suas influências na vida social dos homens.

No tópico seguinte, será apresentado os conceitos de machismo e dominação masculina, enquanto um fenômeno consequente do patriarcado e intrinsecamente ligado à violência de gênero contra as mulheres.

E, por fim, no último tópico serão apresentadas as bases teóricas sobre as relações de gênero, conceituando a categoria.

3.1.1 Patriarcado: origem e suas influências na vida social dos homens

Ao contrário do que se pensa e em muitos casos se afirma, os homens nem sempre foram considerados os dominantes no ambiente familiar. A soberania do masculino perpetuada por meio do patriarcalismo é uma sucessão do domínio feminino, quando em períodos remotos da história humana a figura da mulher é que dominava a vida familiar em um regime denominado matriarcal (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nota-se que alguns estudos da antropologia indicam que as primeiras formações sociais humanas tinham características coletivistas, sendo que havia o predomínio, e a maior relevância, da figura materna na organização de poder da estrutura social (NARVAZ, 2005).

Neste sentido, é possível refletirmos sobre o aspecto de construção social que perpassa as hierarquias e relações entre homens e mulheres ao longo da história. Ou seja, não há uma verdade natural, mas sim esforços e circunstâncias históricas que moldam essas estruturas e relações (NARVAZ, 2005).

Para Castells (2014), a autoridade, imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar, caracteriza o patriarcalismo, cuja autoridade permeia de forma ampla a organização da sociedade, da produção, do consumo, da política, da legislação e da cultura. Percebe-se então que o patriarcado não qualifica somente o poder do pai, mas sim o poder dos homens enquanto categoria social. Desse modo, as relações entre as pessoas tornam-se verticalizadas, pois nesta lógica cabe somente aos homens, que estão na figura do patriarca, ordenar a vida dos seus subordinados.

Para situar o conceito de patriarcado historicamente, Saffioti (2004) nos reporta a década de 1970 quando as feministas colocam o conceito de patriarcado nos estudos referentes às mulheres.

Destaca-se que a autora aponta que as feministas se distanciam, ou ampliam, a visão de Max Weber sobre patriarcado, porque essa se limita somente à questão do poder do pai no seio familiar.

Desse modo, a questão de conhecimento dos fatos históricos sobre as mulheres na perspectiva da compreensão do conceito do patriarcado, se coloca central na perspectiva de Saffioti que afirma ser

Imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação-exploração masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro, porque este constructo mental pode, sim, apreender a historicidade do patriarcado como fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social (SAFFIOTI, 2004, p. 9).

Neste sentido, deve-se pensar que essas hierarquias estão estabelecidas e naturalizadas dentro de um sistema de gênero, que por ser socialmente construído é mutável (SAFFIOTI, 2004).

Em se tratando de gênero, tanto homens quanto as mulheres no universo capitalista e do patriarcado devem construir processos em conjunto em se tratando das relações envolvidas nos paradigmas de violências de gênero contra as mulheres, visando transformações sociais (SAFFIOTI, 2004).

Por outro lado, quando observamos a sociedade patriarcal ou a dominação de ordem patriarcal de gênero, não se percebe o propósito da equidade, generalidade e nem da neutralidade, verifica-se a relação de dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004).

Entretanto, deve-se pensar nessas opressões de forma interseccional, ou seja, contextualizadas e complexificadas pelas diferentes formas de ser mulher e homem nas sociedades. Um dilema central que norteia o pensamento feminista moderno na qual afirma que “todas as mulheres são/estão oprimidas” (HOOKS, 2015).

Ao pensarmos nos fatores de religião, classe social ou raça, precisa-se ter um olhar sobre as diversidades e nas questões culturais, para que não se firme o sexismo como única força de opressão na questão de gênero (HOOKS, 2015).

Por exemplo, as mulheres negras ocupam setores de inferioridade no trabalho, questões salariais e sociais, em consonância com qualquer outro grupo de mulheres, na qual o desafio diário de lutar contra a opressão machista, racista e classista nos moldes instaurados na sociedade do capitalismo e com suas expressões da questão social (HOOKS, 2015).

As relações patriarcais e fatores de hierarquias e a estrutura de poder engendrada contaminam todo o aparato social, não apenas a sociedade civil, mas também o Estado, em que as vivências patriarcalistas se fazem presentes em tais relações históricas e contemporâneas; todavia, deve-se observar que essas hierarquias se manifestam de forma diferente a depender do contexto social (SAFFIOTI, 2004; HOOKS, 2015).

Ainda neste sentido, mas considerando um aspecto das dominações e violências simbólicas do masculino sobre o feminino, Bourdieu (2002) traz o conceito de dominação masculina, que consiste na inculcação na lógica social de símbolos e normas que legitimam e ratificam essa relação hierárquica.

Segundo o autor, essa é produto resultante de um trabalho incessante de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos, como os homens, as instituições, a família, a igreja, a escola, o Estado e as próprias mulheres imersas nas relações sociais desiguais (BOURDIEU, 2002).

Ou seja, não se trata de algo objetivo que se consegue facilmente identificar nas atitudes cotidianas. Como afirma Safiotti (2004, p. 102),

Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTTI, 2004, p. 102).

Vale salientar que é necessário sinalizar que esses agentes também participem do processo de socialização masculina e feminina, construindo os significados do que é ser homem e do que é ser mulher, influenciando nas suas atitudes enquanto sujeitos sociais.

Assim, é muito comum ouvirmos expressões como: homem não pede beijos, homem não chora, um homem não se olha no espelho, homem tem que mandar em casa, esse trabalho é de mulher, sendo que essas expressões são manifestação das normas sociais que moldam homens e mulheres desde criança.

Como afirma Beauvoir (1967) em seu livro “O segundo sexo”: não se deve buscar um dado biológico nos papéis de homens e mulheres, pois na verdade esses são destinos que lhe são impostos por seus educadores e pela própria sociedade.

Não se deve considerar esses destinos como algo estático, mas sim contextualizados pelos diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Apesar dessas especificidades, nota-se que há uma divisão marcada em que os meninos fazem do seu aprendizado de sua existência um livre movimento para o mundo, sendo rude e independente com outros meninos, desprezando assim as meninas (BEAUVOIR, 1967).

A autora enfatiza em seu texto estes aspectos da construção do masculino, apresentando que os meninos,

Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas da primeira infância. Empreende, inventa, ousa (BEAUVOIR, 1967, p. 21).

Para as meninas a educação é diferente. A elas é ensinado a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa, pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos e é

esperado comportamento meigo, gentil, carinhoso, passivo. São consideradas sensíveis, ou fracas, como se sempre necessitassem de proteção.

É importante destacar que esta dicotomia de gênero embasada no patriarcado e na dominação masculina produz efeitos negativos para as mulheres; todavia, também afeta os homens que devem reproduzir práticas sociais específicas esperadas e compreendidas como “homens de verdade”. Nesta linha, autora Saffioti aponta que,

O homem será considerado macho na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem: "Homem (com H maiúsculo) não chora". Quantos homens não tiveram que engolir as lágrimas diante da tristeza, da angústia, do luto, em nome dessa norma de conduta (SAFFIOTI, 1987, p. 25).

Alguns estudiosos sobre o tema apontam que as construções das masculinidades se constituem em um processo sofrido para os homens, pois a virilidade, marca profunda na identidade masculina, exige que o homem renuncie a experimentar momentos de plena alegria, prazer, relação com aspectos subjetivos e cuidado (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Desta forma, se torna explícito o poder que o patriarcalismo e a dominação masculina exercem na construção do pensamento masculino e sua contribuição negativa na vida social do homem, que impacta nas práticas violentas, na interação social e na saúde (PÊ *et al.*, 2022).

Destaque-se que alguns autores defendem a ideia de que o patriarcado passa por transformações históricas. As autoras Narvaz e Koller (2006) apontam que o patriarcado tem delimitações históricas claras, tendo sido utilizado para descrever um tipo de dominação assegurada pela tradição, na qual o senhor é a lei e cujo domínio refere-se a formas sociais simples e a comunidades domésticas (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Por outro lado, Pateman (1993) aponta que o patriarcado apenas adquiriu novas configurações, mas ainda possui a ideologia do patriarcalismo tradicional. Isso porque o poder dos homens sobre as mulheres não se limita ao âmbito micro e doméstico, pois abarca todos os aspectos da vida civil (PATEMAN, 1993).

Ou seja, a sociedade civil como um todo funciona em uma lógica patriarcal e as mulheres estão submetidas aos homens na esfera privada, mas também na pública (PATEMAN, 1993).

Machado (2000) em consonância das percepções de Pateman trata do patriarcado moderno, contratual, que estruturou a sociedade civil capitalista. Na perspectiva da autora, o

sistema capitalista é um grande beneficiado do patriarcalismo; pois, baseado na ideologia do patriarcado, ele subjuga as mulheres no processo de exploração e opressão das mesmas (MACHADO, 2000).

Podemos ver reflexos dessa exploração e opressão na banalização da imagem feminina, utilizando-a de maneira indiscriminada e por vezes considerando-a como mercadoria no intuito de agradar aos homens, sendo assim algo passível de compra e nos baixos salários pagos às mulheres que exercem a mesma função do homem, entre outras (MACHADO, 2000).

Se de um lado o patriarcado beneficiou o capitalismo, por outro o capitalismo contribuiu para a sua crise, possuindo como principal agravante para esse declínio a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois na cultura patriarcal é papel do homem ser o provedor da família (CASTELLS, 2014).

Portanto, quando a mulher é inserida no âmbito profissional, ela consegue certa autonomia e independência financeira, o que traz algumas repercussões na organização familiar causando rupturas e gerando assim uma crise no modelo de família patriarcal (CASTELLS, 2014).

Para Castells (2014), a crise da família patriarcal consiste no enfraquecimento do modelo de família em que os homens exercem a autoridade/dominação. Para reforçar sua afirmação, o autor aponta que existem outros fatores além da inserção da mulher no mercado de trabalho que contribuem para essa crise, a saber: a dissolução dos lares, por meio de divórcio ou separação de casais; a dificuldade em conciliar casamento, trabalho e vida; novas estruturas domésticas e aumento dos números de crianças nascidas fora do casamento.

Essas mudanças acabam impactando na sobrecarga das mulheres, que têm duplas e triplas jornadas de trabalho e ficam responsabilizadas pelos cuidados com os filhos. Ou seja, mesmo com a dissolução da família patriarcal, mantêm-se a lógica e os papéis dos homens e das mulheres baseados nessa racionalidade.

Por outro lado, essas transformações também causaram mudanças na vida dos homens, apontando em alguns casos para a crise da masculinidade. Neste sentido, Lipovetsky (1996) aponta que

Muitos homens já não entendem o que as mulheres esperam deles. Quando se mostram protetores são taxados de machistas, se permanecem em segundo plano, elas desaprovam a “desaparição do macho”. Desamparados frente às “novas mulheres” independentes que se negam a viver à sombra dos homens, o homem passa a se sentir na atualidade, ansioso, frágil, desestabilizado em sua identidade, inquieto frente a sua capacidade viril. Ao renunciar a toda agressividade, o “homem terno”, solícito e

“receptivo” já não tem energia nem vitalidade para oferecer às mulheres (LIPOVETSKY, 1999, p. 52).

Nota-se que, com a inserção da mulher em áreas até então majoritariamente masculinas, exemplo no sustento da família, no mercado de trabalho, na autoridade do lar, no poder de decisão, os homens foram levados a mudar suas práticas sociais e de masculinidade, pois antes desse enfraquecimento do patriarcado o homem possuía em todos os âmbitos um papel incontestável (CORDEIRO, 2006).

Ou seja, houve uma desestabilização dos papéis que desempenhava: na família, ele era o provedor; na sociedade, o trabalhador; na vida afetiva, como racional e forte. Sendo que isso muitas vezes acaba sendo o estopim para conflitos e violências entre homens e mulheres (CORDEIRO, 2006).

Destaca-se que independente do contexto, tipo ou forma de opressão que as mulheres sofrem por aspectos relacionados ao patriarcalismo e a dominação masculina, estamos tratando de uma violação de direitos humanos por iniquidade de gênero (SOARES, 2019).

As violências de gênero contra as mulheres ocorrem de diferentes formas, podendo ser física, patrimonial, sexual, psicológica e/ou moral. Além disso, não são raras as mulheres a sofrerem violências de gênero que culminam em feminicídios por seus companheiros ou ex-namorados (SOARES, 2019).

Ao pensar nos autores de violência, deve-se considerar que esses homens estão imersos em um contexto social patriarcal e machista, o que muitas vezes é a base das situações de violência e o caminho para superação desses comportamentos violentos (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Assim, podemos observar alguns indícios do contexto social em que os homens, sujeitos participantes desta pesquisa, encontram-se imersos.

Em Lages, por meio dos registros de violência contra a mulher no Instituto Médico Legal, entre os anos de 2004 a 2012, destaca-se que o número maior desses registros de violência contra a mulher nesse período foi de 1.268 em 2012, dentre um total de 9.827 casos entre os anos de 2004 a 2012, desta forma nos últimos anos vêm crescendo os casos de violências de gênero contra as mulheres, sendo a primeira cidade de Santa Catarina a criar uma secretaria na qual atende mulheres em situação de violência doméstica e demais violências (MAGNABOSCO; DA SILVA CASSEMIRO; DE SOUZA, 2020).

Assim, ressalta-se os fatores do patriarcado e do machismo existente nas relações sociais lageanas, além de uma série de fatores culturais da Serra Catarinense (LOCKS, 2016).

De acordo com dados pesquisados em relação à redução de crimes de feminicídio apontados pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, objetivando a erradicação de crimes de feminicídio no Estado, além de ter como objetivo principal alcançar o índice de “menos de 57 mortes acumuladas nos últimos 12 meses”, buscando chegar ao nível de neutro em relação a mortes de mulheres vítimas de violência (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, 2022).

A violência de gênero contra as mulheres está em constante crescimento no país e no mundo. No Estado de Santa Catarina, conforme os dados da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, das cidades “com maior incidência de casos de feminicídio”, mostra que Lages ocupa a 5ª posição, com números alarmantes, sendo 11 registros, que são um caso em 2015, um caso no ano de 2016, dois casos em 2017, um no ano de 2018, três casos em 2019, um em 2020 e dois no ano de 2021, casos de feminicídio que culminam em mortes e desrespeito com as mulheres brasileiras (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, 2022).

A seguir, como tratamos a respeito do feminicídio e de fatores que desencadeiam as violências de gênero contra as mulheres, apresentaremos um olhar ampliado e crítico sobre o machismo como um fator potencializados da violência de gênero.

3.2 MACHISMO COMO UM FATOR POTENCIALIZADOR DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Conforme abordado no item anterior, o patriarcado coloca estruturalmente na sociedade a condição de domínio do homem sobre a mulher. Em um primeiro momento pensava-se esse domínio restrito apenas à família; mas, com as mudanças sociais e econômicas, o sistema patriarcal passou a abranger a sociedade como um todo (PÊ *et al.*, 2022). Dessa forma, como prática social, o patriarcado tem como produto ideias, afirmações e modos de convivência que podemos denominar como machismo.

Destaca-se que esse comportamento vem interferindo diretamente e negativamente para as relações sociais, com a agudização das desigualdades entre homens e mulheres. Isso porque o machismo concretiza a falsa verdade advinda do patriarcado: a mulher é inferior ao homem (DEBERT; GREGORI, 2008).

Neste sentido, tornando-se um fator potencializador da violência contra a mulher, ou seja, o machismo tem perpetrado o poder dos homens sobre as mulheres, legitimando assim de certa forma a violência praticada por eles (DEBERT; GREGORI, 2008).

Portanto, para muitos homens, o fato de humilhar, constranger, subestimar e até bater em suas companheiras não se configura como violência, como afirma Saffioti (1987, p. 18): “para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto”.

Por outro lado, assim como o patriarcado, não podemos pensar o machismo enquanto uma prática de homens, mas sim como uma prática social que também inclui as mulheres. Assim, dificilmente lembra-se da contribuição feminina para a reprodução e conseqüentemente sua manutenção de práticas machistas (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Muitas vezes essa reprodução é feita de maneira inconsciente, em outras é uma forma que a mulher encontra de ser “bem vista” pela sociedade (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Considera-se “bem vista” pela sociedade, a adaptação da mulher a uma sociedade machista, a qual cultiva a ideia da inferioridade, submissão e fragilidade da mulher. É essa mesma sociedade que vê a mulher como a “rainha do lar”, então cabe a ela a educação dos filhos e a boa manutenção da casa. É esse quesito uma das principais formas da mulher contribuir para reprodução do machismo (PÊ *et al.*, 2022).

Dessa forma, são as mães as principais responsáveis por educar as crianças em uma sociedade machista, sendo que nesse contexto elas exigem tarefas e competências diferentes para meninos e meninas (SAFFIOTI, 2004).

Podemos ter como exemplo as que meninas são treinadas para cuidarem dos seus próprios lares e filhos no futuro, enquanto aos meninos não lhes são exigidos que desenvolvam a autogestão de sua esfera doméstica, como lavar, passar roupas, preparar comida, ser responsável pela limpeza da casa – assim, inevitavelmente, os tornam dependentes do trabalho não remunerado de uma mulher (SAFFIOTI, 2004).

Algumas mães educam os meninos para a competitividade, para serem fortes, para não chorar, não demonstrar suas fraquezas, medos e anseios, enquanto as meninas têm que ser frágeis e sedutoras (PÊ *et al.*, 2022).

Há também um fato simples, que muitas vezes passa até despercebido, que é a distinção de cores: para os meninos usa-se o azul e para as meninas o rosa (PÊ *et al.*, 2022).

Quando surge essa contradição, vale destacar que vivemos em uma sociedade machista. Ou seja, essa cultura está enraizada na sociedade de tal maneira que é a própria mulher a principal vítima desse sistema opressor e contribui para a sua manutenção.

Podemos nesse momento fazer uma reflexão. E o homem, nesse sistema patriarcal, nessa sociedade machista, será ele somente o dominador, o provedor, o opressor, ou será também vítima desse sistema?

Em uma perspectiva geral, a partir de uma lógica machista e patriarcal, os homens são vistos como indivíduos dotados de “virtudes” que os qualificam como dominador. Entretanto, para a manutenção dessa percepção social, os homens precisam reforçar sua posição de domínio, reprimir os sentimentos e vulnerabilidade no seu contexto de trabalho, na escola, na família ou entre amigos (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Dessa forma, direta e indiretamente o homem é sufocado pelo próprio sistema que o coloca em uma posição de superioridade. Não são raros os casos em que homens passam a usar drogas lícitas e ilícitas ou mesmo ficar em situação de rua simplesmente por não conseguirem cumprir seu papel de macho como provedor do lar (CAMPOS, 2021).

Em muitos casos a violência passa a fazer parte da rotina dos homens, interferindo assim em seus relacionamentos sociais e pessoais e tirando-lhe, às vezes, o já minguado sentimento de amor ao próximo – essa subtração é o que o sistema propõe ao “verdadeiro macho”. Como enfatiza a Safiotti (1987),

[...] quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de um longo período de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam sexualmente impotentes pela impossibilidade de desempenhar sua função de macho, segundo reza a cartilha das classes dominantes? Quantos não se tornam violentos, espancando mulher e filhos, em virtude do desespero provocado pelo desemprego? [...] (SAFFIOTTI, 1987, p. 25).

A educação que é dada aos meninos, dentro desse sistema machista, é um enorme e gradativo processo de “insensibilização”. Ao final desse processo encontram-se homens emocionalmente endurecidos, pois os valores que lhe foram passados foram o de coragem, força, razão, e que para ser um homem de verdade ele deve inibir sua sensibilidade (DEBERT; GREGORI, 2008).

Assim, torna-se evidente que, por meio do machismo, o homem não adquiriu somente “*status*” de um ser dominante, ele também é influenciado e tem prejuízos para sua vida individual e em sociedade.

Ou seja, a busca pela equidade de gênero e mudança da lógica machista e patriarcal aponta-se como um caminho benéfico tanto para mulheres quanto para homens.

3.3 RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, essa é a célebre frase da escritora francesa Simone de Beauvoir, que faz um convite para nos levar a pensar sobre o conceito de gênero que vamos abordar ao longo deste texto, por meio de referências teóricas distintas.

Historicamente, o termo gênero foi usado desde a década de 1970, para refletir a questão da diferença sexual. Estudos mostram que foram as feministas americanas as primeiras a usar o termo com o objetivo de destacar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (OSTERNE, 2001).

A palavra em si indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” e punha em evidência o aspecto relacional entre homens e mulheres (OSTERNE, 2001).

Simone de Beauvoir foi uma das mais conhecidas feministas da história. Com a publicação do seu livro “O segundo sexo”, influenciou os movimentos feministas na medida em que mostra que a hierarquização dos sexos é uma construção social e não uma questão biológica.

[...] nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Assim, faz-se a diferença do componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, mas não conceitua gênero; no entanto, tornou-se uma precursora para estudos relacionados a essa categoria.

Mas, para falar sobre gênero é necessário conceituá-lo de uma forma mais nítida, para tanto utilizaremos o conceito dado por Scott (2012, p. 72): “o termo gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”. Ou seja, ao falar de gênero enquanto um componente social, deve-se observar a diferenciação entre sexo e gênero.

Sexo é usado para se referir as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino. O gênero, em contrapartida, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres (GIDDENS, 2005).

Corroborando com essa ideia, afirma Saffioti (1999, p. 89) que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

Dessa forma, entendemos que o sexo é nato, é biológico, define o masculino e o feminino, enquanto o gênero é construído ao longo da vida a partir de fatores culturais, históricos e sociais vivenciados e assimilados durante o seu processo de formação enquanto indivíduo, é o que diferencia homens e mulheres. Essa concepção vai de acordo com as ideias de Saffioti (1987), quando ela diz que os seres humanos nascem machos ou fêmeas, mas é por meio da educação que recebem códigos e normas sociais que os tornam homens e mulheres.

O primeiro estudioso a falar e conceituar gênero foi Robert Stoller (1968), no entanto, o conceito não prosperou. O estudo sobre gênero só veio a se frutificar em 1975 com a publicação do artigo da antropóloga Gayle Rubin, esse por sua vez principiou a utilização do conceito de gênero pelo feminismo (SAFFIOTI, 2009).

Neste sentido, Rubin afirma que, “gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento” (RUBIN, 2012, p. 11).

Saffioti (2009) considera esse sistema sexo/gênero apenas como uma porta de entrada e um caminho exploratório das novas reflexões acerca das representações sociais do masculino e do feminino. Assim, afirma que a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, portanto não deve gerar a dicotomia sexo e gênero. Para a autora, é possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade.

A partir disso, a autora nos leva a refletir: será essa dicotomia a geradora dessa hierarquização entre os sexos? De que maneira as pessoas podem agir para eliminar essa dualidade?

Joan Scott (1990), nos apresentou possíveis respostas para essas perguntas em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Scott trouxe novas concepções a respeito de gênero abrindo assim outras possibilidades de entendimento (SCOTT, 1990).

A referida autora nos fala que as abordagens que eram usadas sobre gênero pela maioria dos historiadores se dividem em duas categorias distintas (SCOTT, 1990).

A primeira era uma abordagem descritiva que apenas se referia à existência do fenômeno ou realidade, portanto não interpretava, explicava, e não atribuía uma causalidade. A

segunda era de ordem causal, eram elaboradas teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscava-se entender como e por que aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1990).

Contraopondo-se a isso, Scott trata gênero como uma categoria analítica procurando compreender as relações entre indivíduos em seu sentido amplo, desmistificando a naturalização do domínio do sexo masculino sobre o feminino e de uma relação de poder existente entre homem e mulher (SCOTT, 1990).

No tocante às relações de poder entre homens e mulheres abordado pela autora, entendemos que pode ser feita uma analogia entre poder/subordinação/dominação, elementos que fazem parte do sistema patriarcal já apresentados nos itens anteriores (SCOTT, 1990).

Neste sentido, Saffioti (2009) afirma que,

Ninguém contesta que o poder seja central na discussão de determinada fase histórica do gênero, já que este fenômeno é cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade e igualdade, como também pode ser exercido discricionariamente, criando desigualdades. Definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada (SAFFIOTI, 2009).

Ou seja, o poder existente nas relações será exercido segundo a “vontade” dos atores sociais, e esse poderá ser usado de maneira conciliável, gerando assim liberdade e igualdade como também pode ser visto sob a óptica da restrição da total liberdade de uma das partes – a mulher – e é dessa forma que a desigualdade se manifesta.

3.4 PRÁTICAS E CONSTRUÇÕES DA MASCULINIDADE

Os debates em torno das questões que abordam as relações entre gênero e masculinidades são relevantes, atuais e precisam ser compreendidas em um contexto mais amplo, na qual piadas e falácias feitas nas mídias sobre o que levam a existirem seres humanos sensíveis, ou fazerem coisas que a sociedade julgue como coisas ou padrões femininos, tais percepções são existentes na contemporaneidade e no paradigma do patriarcado.

No contexto oriundo das construções das masculinidades, a visão do homem enquanto sujeito social, histórico e cultural, torna-se central para o debate de gênero. Conforme afirma Connell (1995),

Para os homens, a obtenção de uma compreensão mais profunda a respeito de si próprios, especialmente no nível das emoções, constitui uma chave para a transformação das relações pessoais, da sexualidade e da vida doméstica. As práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, [...] as masculinidades estão profundamente implicadas na violência organizada; e nas tecnologias e nos sistemas de produção que levam à destruição ambiental e à guerra nuclear. A trajetória da epidemia do HIV está estreitamente ligada às recentes mudanças sociais nas sexualidades masculinas (CONNELL, 1995, p. 186).

No processo histórico existe uma reflexão de consciência em constante crescimento sobre a possibilidade em fatores de mudanças nas relações de gênero, tal consciência emergiu nos movimentos de libertação das mulheres, de libertação dos gays e de libertação dos homens nos primórdios dos anos 1970 (CONNELL, 1995).

Nos anos 1970 criou-se uma forma crítica, tendo como base o dilema do “papel masculino”, sendo que um grande número de estudiosos acreditava que tais relações da masculinidade estavam em uma crise e que a mesma serviria de estímulo para uma fomentação de mudanças (CONNELL, 1995).

Para uma análise e entendimento acerca do conceito de masculinidade nos dilemas sociais e do patriarcalismo, podemos mencionar que as masculinidades são,

Configurações de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. [...] Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas. [...] As masculinidades são construídas também na esfera da produção. A pesquisa sobre as masculinidades dos homens da classe operária e da classe média, em vários países, têm mostrado o processo de moldagem das masculinidades no local e no mercado de trabalho, nas grandes organizações e no sistema político (CONNELL, 1995, p. 188).

Desse modo, percebe-se como os homens são produtos das relações e de suas práticas sociais, sendo assim moldadas pelo contexto que estão inseridos. Ou seja, as masculinidades não são identidades fixas e imutáveis, mas sim construções e práticas relacionados ao masculino (CONNELL, 1995; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse sentido, a autora apresenta três formas organizadas hierarquicamente, a masculinidade hegemônica, a masculinidade cúmplice e a masculinidade subalterna. A primeira se refere às formas soberanas na sociedade que representam o conjunto de ideias vigentes apresentadas como dominantes (CONNELL, 1995).

A segunda se refere às masculinidades que não são hegemônicas, mas que não são radicalmente afrontadas por elas. A terceira são as masculinidades marginalizadas e

discriminadas pela forma hegemônica de masculinidade. Neste sentido, elas se relacionam de forma interdependente para a construção e reconstrução das diferentes práticas masculinidades (CONNELL, 1995).

Assim, as masculinidades são construídas nas relações de poder e reiteradas nas ações cotidianas e baseadas na diferenciação entre homens e mulheres, negando e excluindo o feminino. Dessa forma, ao considerarmos o conceito no plural, devemos observar as diferenças construídas entre os diferentes grupos de homens (CONNELL, 1995).

Essa relação homosocial é o espaço em que as hierarquias entre as diferentes masculinidades são forjadas, levando algumas à hegemonia e outras à subalternidade (CONNELL, 1995).

Nota-se que essa proposta teórica despertou algumas críticas por ser hierárquica e estática, não dando conta de aspectos relacionados à performatividade de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Por outro lado, essa conceituação permitiu o desenvolvimento de diversos trabalhos que identificaram as masculinidades hegemônicas em contextos específicos, trazendo à tona a questão da construção social dos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Além disso, a partir das críticas foram realizados avanços teóricos, buscando caminhos para uma perspectiva mais complexa da hierarquia de gênero, com ênfase na agência das mulheres, na necessidade de reconhecer a interseccionalidade nos diferentes locais e com uma abordagem mais dinâmica da masculinidade hegemônica, reconhecendo suas contradições internas e incorporando a ideia de gênero enquanto performatividade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Dessa forma, o conceito de masculinidades nos permite pensar sobre os homens autores de violência enquanto sujeitos que estão reproduzindo práticas sociais naturalizadas no seu contexto.

Ou seja, o ato da violência, em especial contra as mulheres, muitas vezes é justificado pela lógica patriarcal em que estão imersos, representado um aspecto desafiador para abordagem desses homens.

Em seguida, abordaremos sobre a violência de gênero contra a mulher trazendo aporte teórico de estudos e conhecimento acerca do tema e dos desafios que o mesmo apresenta nas relações sociais, culturais e familiares.

4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Nesta seção abordaremos o propósito, no primeiro momento, de trazer questões relevantes a respeito da violência de gênero contra a mulher e em seguida trabalharemos os conceitos, as causas e as formas das violências contra as mulheres.

Dando continuidade, em um segundo tópico serão trabalhadas as políticas públicas no Brasil e os desafios atuais. Para finalizar esta seção, apresentaremos observações a respeito do relevante papel do grupo reflexivo de gênero.

As práticas de violência acompanham a humanidade ao longo de sua história, com diferentes sentidos e significados, sendo sua presença do âmbito doméstico muitas vezes legitimado por leis. Nações como a Babilônia criaram códigos de leis sociais que regulavam a organização familiar visando dirimir os conflitos; por outro lado, essa organização era regida em uma lógica patriarcal, colocando as mulheres em um papel secundário e alvo de violências legitimadas (DE ALMEIDA TELES; DE MELO, 2017).

No ambiente familiar, esse regime dava ao homem poder absoluto sobre os filhos e principalmente sobre a esposa. Esses poderes poderiam ir de simples divisões de tarefas até exemplos como o “sati”, prática dos povos Hindus que consistia na incineração da viúva após a morte do esposo (DE ALMEIDA TELES; DE MELO, 2017).

Desta forma, a violência no sentido amplo da palavra como também especificamente a violência contra a mulher são uma tônica na sociedade há muito tempo (DEBERT; GREGORI, 2008).

Tal cenário naturalizou a visão das mulheres enquanto objetos, apenas; algo que deve estar única e inteiramente a dispor do marido, dos filhos e de familiares, uma propriedade cujos valores têm dono, restando a elas somente a obediência, caso contrário, tornam-se passíveis de punições tais como abusos sexuais, físicos, psicológicos e, na pior das hipóteses, a morte (DEBERT; GREGORI, 2008).

Apesar dos avanços promovidos pelo movimento feminista, pelas discussões de gênero e pelo desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, a realidade dos dias atuais continua preocupante e com número alarmante de violência contra as mulheres e de feminicídios (DEBERT; GREGORI, 2008).

Neste sentido, em se tratando de informações a respeito da violência de gênero contra as mulheres, de acordo com dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Estado de

Santa Catarina, com o recorte do período entre 2011 e 2018 foram notificados 1.282.045 casos de violência contra mulheres, constatando aumento de 255% nas notificações em relação ao período (MAGNABOSCO; DA SILVA CASSEMIRO, DE SOUZA, 2020).

Desse modo, frente a todas as notificações mencionadas, aproximadamente 38.236 óbitos de mulheres por agressões foram registrados (MACÁRIO, 2019).

Após esses dilemas de números expressivos de violência contra a mulher em Santa Catarina, podemos expressar narrativas e pensamentos que “o mapeamento da violência contra a mulher na Região Serrana evidenciará a realidade local para futuras políticas públicas para auxiliar na redução da violência e apoio às vítimas de violência” (MAGNABOSCO; DA SILVA CASSEMIRO, DE SOUZA, 2020).

4.1 CONCEITOS, CAUSAS E FORMAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES

Conforme a Lei nº 11.340/06, a Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º, a violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em

qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...] em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006, p. 1 e 2).

A violência doméstica contra mulheres é aquela praticada dentro do lar (ou no espaço simbólico representado pelo lar). Fundamenta-se em relações interpessoais de desigualdade e de poder entre mulheres e homens ligados por vínculos consanguíneos, de afetividade, de afinidade ou de amizade (AGENDE, 2004).

O agressor se vale da condição privilegiada de uma relação de casamento, convívio, confiança, amizade, namoro, intimidade, privacidade que tenha ou tenha tido com a vítima para perpetrar a violência (AGENDE, 2004).

Portanto, não é necessário que o ato violento aconteça dentro do âmbito do lar para se caracterizar como violência doméstica, mas sim que ocorra entre pessoas que mantêm vínculos afetivos e que compartilhem ou tenham compartilhado o mesmo domicílio, dessa forma mesmo que a violência seja praticada na rua, ela se configurará como violência doméstica (BRASIL, 2006 p. 1 e 2).

Já a violência de gênero não se manifesta apenas em uma relação em que haja vínculos afetivos ou amorosos, mas sim em situações em que haja relações de poder baseadas nas construções de gênero. Ou seja,

A violência de gênero é qualquer ato de abuso que parta de relações de poder assimétricas – desiguais – entre pessoas humanas, baseadas em gênero, entendendo a masculinidade hegemônica como força motriz da opressão, tanto de outras masculinidades quanto de feminilidades. Assim, nossa compreensão concebe não só homens no exercício desse poder desigual violando mulheres, mas homens violando outros homens, mulheres violando homens e mulheres violando outras mulheres (MELLO, 2010, p. 28).

O reconhecimento desse tipo de violência é oriundo do movimento feminista e dos estudos de gênero, consequências das lutas sociais e libertárias dos anos 1960. No bojo das inúmeras lutas sociais, aprimorou-se o questionamento acerca da sexualidade, dos papéis sociais de homens e mulheres, do controle da reprodução por meio da pílula anticoncepcional, da obrigação do matrimônio, dentre outros (GROSSI, 1998).

Assim, houve grande movimento para efetivar os direitos para a igualdade de gênero, tendo como plano de fundo as violências de gênero contra as mulheres (GROSSI, 1998).

A partir da década de 1980, estudos sobre as mulheres ganharam uma nova roupagem com as perspectivas e os debates sobre as especificidades brasileiras. Percebeu-se o desafio de não abordar uma única condição feminina, sendo que existem uma gama de diferenças como classe, fatores econômicos, sociais, raça, regionais que influenciam na forma como as mulheres sofrem violência (GROSSI, 1998).

Conforme a Lei Maria da Penha, a violência pode se apresentar de diferentes formas, sendo mais comuns a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral (AGENDE, 2004).

A violência física caracteriza-se pela lesão corporal, o autor da violência utiliza-se de socos e pontapés, dentre outros. Esse tipo de violência pode causar sérios danos à saúde da vítima, inclusive deixando sequelas permanentes e podendo até levar à morte (AGENDE, 2004).

A violência sexual é o tipo de violência em que a vítima é obrigada a manter relações ou a praticar atos sexuais que ela não deseja, sendo comum o uso da força, coerção ou ameaça. Esse tipo de violência pode se configurar como estupro, mesmo acontecendo nas relações amorosas estáveis (AGENDE, 2004).

A violência psicológica é marcada por atos de humilhação, ameaças e que podem interferir no desenvolvimento das relações sociais e da autoestima de quem a sofre (AGENDE, 2004).

Outro tipo de violência é a patrimonial que, segundo a Lei Maria da Penha, é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL 2006).

Por fim, a violência moral consiste em calúnias, difamações ou injúrias que afetam a honra ou a reputação da mulher. Ela também pode ser entendida como uma das manifestações da violência psicológica, uma vez que para violentar psicologicamente é necessário também desmoralizar, colocar em dúvida a idoneidade moral da mulher (AGENDE, 2004).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Ipsos para o Instituto Avon, as causas apresentadas pelos homens para cometer violências contra as mulheres foram: ciúme, no topo da lista, com 38% das justificativas apresentadas, seguido por bebida e alcoolismo (33%), traição (21%), “fui provocado” (19%), problemas econômicos (18%) e até um desconcertante “não tive motivo” com 12% de menções (INSTITUTO AVON, 2011).

No cômputo geral, 46% atribuem a violência contra a mulher a fatores culturais. Ciúmes e excesso de “poder” lideram o ranking de motivos que levam os homens às práticas de abuso contra as mulheres (INSTITUTO AVON, 2011).

Destaca-se que por medo, dependência financeira, ausência de pessoas ou entidades a quem possa confiar, as mulheres permanecem caladas, muitas vezes naturalizando a situação de violência a que estão submetidas (INSTITUTO AVON, 2011).

Destaca-se que a violência contra as mulheres atinge todas as classes sociais, idades, raça, cor, orientação sexual e nível de escolaridade. As mulheres estão sempre vulneráveis nesta sociedade patriarcal e têm como consequências danos físicos e psicossociais, incertezas e insegurança (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Esse fenômeno tem alcançado níveis elevados de episódios em vários países do mundo. De acordo com o relatório das Nações Unidas, mais de um terço das mulheres em todo o mundo são afetadas pela violência física ou sexual, muitas nas mãos de um parceiro íntimo (AGENDE, 2004).

Infelizmente essa dura realidade não se limita a uma cultura ou faixa etária, ou seja, a um grupo específico de mulheres (AGENDE, 2004).

Assim, esse fenômeno tornou-se fator preocupante bem como foco de atenção especial em vários países. Como um dado comum, tem-se que o autor da violência é na maioria dos casos o marido ou parceiro, ou seja, pessoa de confiança das mulheres. Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde, na Austrália, no Canadá, em Israel, na África do Sul e nos Estados Unidos, 40% a 70% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas pelos parceiros (AGENDE, 2004).

O documento aponta ainda que 38% de todas as mulheres que foram assassinadas no mundo foram mortas por seus parceiros íntimos (AGENDE, 2004).

Além disso, um dos dilemas neste aspecto são os feminicídios, que ganhou espaço no contexto da América Latina frente às denúncias de assassinatos e crimes contra as mulheres no México em casos ocorridos desde os anos 1990 (PASINATO, 2011).

O feminicídio trata-se da manifestação mais cruel e extrema da violência física, que tira a vida de muitas mulheres todos os anos no Brasil e no mundo (PÊ *et al.*, 2022).

Os feminicídios trazem à tona um dilema da opressão das mulheres pelos homens, como uma manifestação final e extrema do patriarcado e da dominação masculina, tendo como característica a universalização das violências e um processo de naturalização das relações entre homens e mulheres, dificultando para que consigam uma resolução, uma saída e até mesmo de terem seus direitos efetivados, saindo da situação de submissão e de objeto (PASINATO, 2011).

Ao se tratar do patriarcado e da contextualização de violências de gênero contra as mulheres no que se referem ao aumento dos feminicídios no contexto mundial e brasileiro, verifica-se que

Ainda que algumas dessas mortes possam ser atribuídas ao exercício perverso de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, discussões envolvendo as teóricas do patriarcado avançaram nos últimos anos e algumas levantam a possibilidade de que o patriarcado pode não estar extinto nem estar apresentando sinais de exaustão, mas seguramente sofreu transformações para garantir sua sobrevivência num mundo em que os papéis sociais de gênero estão mudando em velocidade vertiginosa (PASINATO, 2011, p. 237).

No Brasil destaca-se que a definição de violências de gênero contra as mulheres foi concebida em meio a uma complexa e inovadora experiência política no contexto histórico de 1980. Além do reflexo existente das práticas de sensibilização e conscientização, existiam militantes feministas que atuavam e auxiliavam as demandas das mulheres que sofriam violências de gênero nas chamadas do SOS Mulher (DEBERT; GREGORI, 2008).

Além disso, no Brasil houve a criação das Delegacias especiais¹ voltadas ao atendimento das mulheres vítimas de violências. No ano de 2006 foi promulgada a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), também fruto das demandas sociais, que passaram por mudanças no ano de 2020, incorporando as medidas protetivas e de conscientização à participação de homens autores de violência nos grupos reflexivos (DE AGUIAR; DINIZ, 2017).

Entretanto, apesar dos avanços, esse contexto mostra a insegurança vivida por mulheres dentro do seu próprio lar, onde muitas vezes está o agressor. Abre-se aqui, então, alguns questionamentos: mas seria esse “agressor” irremediável? Seria, portanto, esse mal irremovível? Seria esse parceiro/inimigo incomunicável?

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS DESAFIOS ATUAIS

Durante muito tempo, a violência doméstica contra a mulher foi invisibilizada pelo poder público, por ser considerado um problema de âmbito privado, pois cultivavam a falsa ideia de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Porém, com o surgimento dos movimentos feministas, movimento social que luta pela a igualdade de gênero e de direitos, veio à tona a questão da violência contra a mulher, demandando assim políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência.

Destaca-se no Brasil a criação no ano de 1985 em São Paulo da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), que foi tida como “a primeira experiência de implementação de uma política pública de combate à violência contra as mulheres no Brasil” (BRASIL, 2010, p. 4). As DEAMs integram a Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher.

Existem atualmente inúmeras políticas públicas voltadas para o combate da violência doméstica contra a mulher no Brasil, como exemplos podemos citar os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, as Defensorias da Mulher, a Lei Maria da Penha, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (CEPAM), as Casas-abrigo, entre outras (BENDO, 2018).

¹ A primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em 1985 no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>

É incontestável a importância que essas políticas públicas possuem no que se refere a dar apoio e proteção à mulher em situação de violência, ao fortalecimento e à ampliação dos seus direitos.

Entretanto, é necessário salientar que o problema da violência contra a mulher obviamente possui dois aspectos a serem considerados: o autor da violência (o homem) e a mulher em situação de violência.

As mulheres vítimas de violência, independente da forma, necessitam de intervenções e acompanhamento, sejam em aspectos médicos, assistenciais ou de amparo policial. E os homens, teriam apenas a punição como tratamento?

Sabendo que o ato violento pode estar correlacionado com fatores externos tais como: meio social, cultura, uso de bebida alcoólica ou substâncias psicoativas, distúrbios psíquicos, traumas dentre outros, não seria a violência de gênero contra a mulher também uma questão de saúde? Sendo assim, é necessário que sejam implementadas políticas públicas que pensem com perspectiva relacional de gênero, incorporando também os homens.

Neste sentido, corroboramos a afirmação de Bandeira (2005), quando aponta que políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Essas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas (BANDEIRA, 2005).

Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece nas relações de gênero (BANDEIRA, 2005).

Conforme foi apresentado ao longo dos itens anteriores, sabemos que há um contexto social baseado no patriarcado e na dominação masculina. Ou seja, que os homens estão colocados em um espaço simbólico de domínio e poder em relação às mulheres (PÊ *et al.*, 2022).

Todavia, percebe-se que uma forma de superar esse problema é compreendendo a violência enquanto um fenômeno relacional e de gênero, incluindo os homens não somente como agressores, mas como indivíduos que necessitam de apoio e cuidado para não se relacionarem a partir da linguagem da violência (DE AGUIAR; DINIZ, 2017).

Nesta linha, destaca-se a Lei Maria da Penha, um marco no enfrentamento da violência contra as mulheres, que sem dúvidas é um grande passo no caminho da atenuação dessa problemática (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

É também inquestionável o poder de abrangência da referida lei nos diversos assuntos que permeiam as relações conjugais após o desentendimento entre as partes, além de garantir às mulheres os direitos fundamentais que necessita o ser humano para seu saudável desenvolvimento (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

No entanto, sabe-se evidentemente que a existência da lei por si só não resolve esse conjunto de adversidades trazidas pelas violências contra as mulheres: é necessário que haja a intervenção adequada dos órgãos públicos competentes e o correto entendimento e aplicação das medidas e intervenções pela lei, pois ao contrário essa não será efetivada (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

A título de exemplo, sabemos que a Lei Maria da Penha não é somente punitiva, ela também elege a criação de políticas públicas e assistenciais tanto para a mulher em situação de violência doméstica como também para os homens autores de violência. Em relação ao quesito assistência para os autores, o que traz o artigo 35, inciso V e o artigo 45 da Lei n.º 11.340 é

Art.35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover no limite das respectivas competências: V- centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 45. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Destaca-se que, apesar da existência desses artigos, essas atividades ainda são pouco colocadas em prática. Além disso, com a promulgação da lei, esperava-se uma redução dos casos de violência, o que aconteceu no primeiro ano, mas não se manteve a longo prazo (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Diante da realidade exposta, surge naturalmente um debate acerca da efetividade da Lei Maria da Penha, seria essa lei eficiente no combate à violência de gênero contra a mulher? E na prevenção?

Infelizmente na sociedade a referida lei adquiriu sinônimo de punição para o homem autor da agressão, e então várias indagações voltam a perturbar as maneiras de combate contra esse tipo de violência: tornar-se passível de punição amedronta o homem que planeja investir violentamente contra uma mulher?

E ao homem que já praticou o ato violento, somente a punição evita uma nova investida? E o que dizer das medidas protetivas, são eficazes? Inibem o homem de atentar contra a vida da mulher?

Os grupos reflexivos de homens autores de violência de gênero contra as mulheres seriam uma alternativa com resultados eficientes? A Justiça é ágil e rápida para atender à mulher quando desobedecida alguma conduta ao homem estabelecida?

É importante reafirmar que nosso intuito não é julgar e nem tão pouco subestimar a Lei Maria da Penha em seu papel principal, mas de induzir a revisão de seu entendimento, confrontando o que é defendido por ela e a realidade mostrada por meio dos números de casos de violência e no contexto familiar contra as mulheres especificamente no Brasil.

Neste sentido, aponta-se para um olhar amplo na perspectiva relacional de gênero que compreenda os homens como produtos de uma sociedade machista, patriarcal e violenta.

Assim, a efetivação dos grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência parece ser um caminho para mudança desse olhar vigente. Em seguida, abordaremos os principais aspectos sobre os impactos e relevância dos grupos reflexivos de gênero.

4.2.1 Grupo Reflexivo de Gênero

Para um olhar ampliado e de aprofundamento em relação aos temas trabalhados na pesquisa, neste tópico aprofundaremos questões relacionadas aos grupos reflexivos para homens e o processo de articulação entre facilitadores(as), família, sociedade e a influência do patriarcado nas relações sociais e afetivas entre homens e mulheres.

Ao se trabalhar com a experiência no grupo reflexivo de gênero em que tal perspectiva pode ser analisada como prática com diferentes discussões e apontamentos a respeito de como nos relacionamos, agimos e sentimos, partindo de um lugar definido e com ideias passíveis de serem expostas e confrontadas (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Os grupos reflexivos de gênero são

Um espaço de convívio onde se deve valorizar a diversidade através do exercício do diálogo. É um espaço de problematização e questionamento que pode promover uma imersão crítica e novos olhares sobre o cotidiano de seus participantes. É um espaço de produção individual e coletiva de conhecimento. É um espaço de valorização da cidadania quando desvela a importância de cada participante do grupo na constituição dos saberes ancorados no contexto social do qual todos fazem parte. Nossa expectativa é que os grupos reflexivos de gênero possam abrir possibilidades para a construção de relações de gênero mais equitativas. O trabalho é dividido em três etapas: constituição

do grupo, realização dos encontros reflexivos e avaliação do trabalho. Quem coloca este processo em movimento é a dupla de facilitado/res (as). Além disso, é recomendável que outra pessoa ou equipe, que não participa dos grupos, possa realizar o monitoramento e a avaliação do trabalho (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 32).

Os grupos reflexivos de gênero possuem etapas essenciais para sua efetividade, além da equipe e de facilitadores(as) e também dos participantes do grupo reflexivo. O diálogo como ferramenta primordial nas relações humanas e sociais, bem como novos olhares no que diz respeito aos homens autores de violências de gênero contra as mulheres, em meio a participação, conscientização e novas percepções em suas vidas (BEIRAS; BRONZ, 2016).

O papel dos(as) facilitadores(as) é central para o bom funcionamento e efetividade dos grupos reflexivos para os homens. Neste sentido,

Facilitar é liberar as dificuldades ou obstáculos, ou tornar mais fácil ou mais fluido, ou se responsabilizar por um conjunto de funções ou atividades, antes, durante ou depois de um encontro ou reunião, a fim de ajudar um grupo a alcançar seus próprios objetivos. Em síntese, um facilitador é alguém que ajuda um grupo de pessoas a definir seus objetivos comuns e acompanha-o no caminho para alcançá-los, sem tomar partido na discussão. O facilitador, então, propõe-se a ajudar o grupo a alcançar um consenso em qualquer desacordo que ocorra – tanto prévio ao encontro como alguém que possa surgir durante o mesmo – com a intenção de que se construa uma base consistente para futuras ações. A missão que um Facilitador assume como o sentido de seu trabalho é contribuir com suas competências para a criação de organizações flexíveis, criativas, adaptáveis e resilientes, nas quais as pessoas sejam vistas como uma riqueza e não como um problema (FUKS; ROSAS, 2016, p. 2).

O ato de facilitar traz desafios, um processo com atividades de curto, médio e longo prazo, mas que é de relevância para o fortalecimento e aprimoramento dos grupos reflexivos. O(a) facilitador(a) de um grupo reflexivo de gênero deve submeter-se a um grupo antes de exercer tal função. Assim, busca-se questionar seus valores, seus conceitos, suas ideias sobre as relações de gênero, promovendo ao longo do tempo um olhar e uma postura reflexiva, além do comprometimento inerente a todo o processo de trabalho com o grupo (BEIRAS; BRONZ, 2016).

A participação e os conflitos ao longo do andamento e nas etapas dos grupos reflexivos são questões inerentes ao processo, porém cabe salientar que

processos de tipo participativo produzem turbulências devido ao questionamento da distância com que frequentemente as pessoas se protegem em seus trabalhos e têm impacto nas vivências pessoais, histórias, tradições e valores que, de maneira geral, se mantêm invisíveis para os estranhos. No entanto, e apesar dos riscos, quando as pessoas podem ter a experiência de como todas as funções, trabalhos e estilos podem contribuir para a riqueza do conjunto, a consciência de interdependência e a

experiência compartilhada de uma trama comum confluem para gerar horizontes compartilhados a partir dos quais se torna possível olhar para frente e planejar futuros possíveis (FUKS; ROSAS, 2016. p. 15).

Em se tratando de equipe de facilitação e de recursos fundamentais para o funcionamento do grupo reflexivo de gênero, é relevante mencionarmos que os grupos devem ter mais de um facilitador(a), pois a situação de grupo pode produzir informações simultâneas e a presença de duas ou mais pessoas pode evitar que algum detalhe importante seja perdido (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Outros três recursos fundamentais a cargo da equipe de facilitação consistem na utilização de disparadores de conversas, construção de sínteses dos encontros reflexivos e perguntas disparadoras para as conversas (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Um destes recursos é a presença de facilitadores(as) qualificados em que os grupos reflexivos criam espaços adequados de trocas de saberes, visões, autonomia, conscientização acerca das violências de gênero contra as mulheres e de um projeto de vida aos participantes (BEIRAS; BRONZ, 2016).

A criação de um roteiro, as conversas, as perguntas, a participação e o envolvimento do grupo reflexivo são fatores que perpassam pela efetividade e pelos resultados dos encontros, abrindo espaços e novos significados acerca das violências de gênero contra as mulheres (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Em relação à constituição sobre os encontros reflexivos e das dinâmicas essenciais para o funcionamento dos grupos, salienta-se que

Nos últimos anos, temos trabalhado com a quantidade de doze encontros por grupo. No entanto, a quantidade máxima é uma questão em aberto. Este é um ponto que pode ser definido com o próprio grupo, quando possível. [...] Neste caso, sugere-se que a equipe de facilitação forneça tarefas a serem realizadas durante o intervalo dos encontros, as chamadas de atividades de ligação. Sobre o tempo de duração de cada encontro, sugerimos no mínimo duas e no máximo três horas [...]. Os primeiros encontros são dedicados ao acordo de convivência que, elaborado com a participação de todos (as), é um apanhado de sugestões de condutas e posicionamentos éticos que podem fazer com que a diversidade seja acolhida no grupo. A agenda do grupo, que recomendamos ser feita logo após o acordo de convivência, consiste no estabelecimento de um repertório de temas de interesse do grupo. Os temas podem ser previamente divididos entre todos os encontros ou debatidos conforme o interesse das pessoas (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 35-36).

Os autores abordam sobre o processo de como se constituem os encontros, a preparação, os aspectos do antes, durante e posterior aos encontros e das temáticas trabalhadas nos grupos

reflexivos. Todo o processo envolve a participação de facilitadores(as) e da equipe responsável pela preparação e organização dos encontros.

Os detalhes constituem e constroem a riqueza das informações e histórias de vida dos participantes e a troca de vivências e saberes (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Na contemporaneidade, pesquisadores e estudiosos apontam discussões sobre gênero, práticas das masculinidades, dentre outras percepções e representações sociais.

Desse modo no Brasil e em outros países existem grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência, com vistas a abordar diferentes saberes e áreas do conhecimento em relação com a relevância da interdisciplinaridade, bem como proporcionar um olhar crítico frente às diferentes áreas que podem agregar no processo de transformação e conscientização dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres, podendo esses serem o agente de sua transformação (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Cabe mencionar que é preciso analisar temas socialmente entendidos como tabus, que são de relevância social, além do processo de articulação com as políticas públicas, as relações sociais e familiares nos diferentes arranjos familiares, e tais grupos reflexivos de homens autores de violências persistem num olhar ampliado e de muitos desafios conforme os autores corroboram em seus escritos (COUTO; SCHRAIBER, 2011; SILVA *et al.*; 2015; BANIN; BEIRAS, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Ao se tratar as violências contra as mulheres e sobre o homem agressor, torna-se necessário pensar em estratégias que não sigam o caráter de punição, além de possibilitar e trabalhar aspectos de responsabilização e conscientização dos atos de violência e suas manifestações no âmbito familiar e social (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Dessa forma, deve-se criar espaços de discussão e legislações efetivadas no que se refere às questões de prevenção de conflitos, visando a erradicação de toda e qualquer forma de violência de gênero (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Agora que conhecemos a respeito das violências de gênero contra as mulheres, também sobre as políticas públicas no Brasil e os desafios atuais, bem como o papel do grupo reflexivo

de gênero, abordaremos a seguir na próxima seção os materiais e métodos utilizados nesta dissertação.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, realizada com objetivo de compreender as narrativas dos participantes e facilitadores(as) de um grupo reflexivo de gênero sobre as violências de gênero contra as mulheres para homens autores de violência no município de Lages, Santa Catarina.

A pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas e ferramentas que buscam compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências e vivências, bem como aos contextos relacionais em que estão inseridas (BOSI; MERCADO, 2007; LINCOLN, 2000).

Ou seja, além dos aspectos subjetivos e das narrativas, busca-se entender os processos sociais que estão por trás de falas, atitudes e comportamentos dos sujeitos, a partir de determinada temática e em determinadas condições e contextos (BOSI; MERCADO, 2007; LINCOLN, 2000).

Conforme Minayo e Sanches (1993), a escolha pela abordagem qualitativa na investigação científica deve ser orientada pelo objeto que se estuda e não de forma arbitrária pelo pesquisador. Deste modo, justifica-se o emprego desta abordagem de pesquisa mediante a temática, contexto que ela se coloca e intenção de compreender os significados das narrativas sobre violência de gênero.

De maneira reflexiva é relevante sabermos que ao ser trabalhado no contexto interdisciplinar sendo aquele com conhecimento suficiente, mas com um vasto leque de disciplinas diferentes para poder produzir, por ele mesmo, um modelo explicativo de determinada realidade complexa, além dos aspectos de impactos e narrativas que neste estudo envolvem o ambiente e saúde em se tratando das violências de gênero contra as mulheres e as relações sociais (RAYNAUT, 2013).

A seguir veremos aspectos referentes à caracterização do estudo e à forma como foi delineado os passos e a instrumentalidade que fomentam este trabalho.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de campo e bibliográfica. No referido estudo foi realizada a pesquisa de forma exploratória objetivando uma efetiva compreensão do problema

apresentado, além de aprimorar ideias e possíveis descobertas, levando em consideração os aspectos estudados (GIL, 2002).

Desta forma, foi realizado o estudo de campo, onde focalizou-se o grupo reflexivo de gênero para homens, na qual seu desenvolvimento se deu por meio da observação de atividades de grupo e de entrevistas com os interlocutores, objetivando compreender as narrativas dos homens e de facilitadores(as) sobre violência de gênero.

Além disso, no momento pré e pós campo, foi realizada a pesquisa bibliográfica, em que se buscou na literatura científica materiais publicados em livros, revistas e artigos científicos sobre os temas de gênero, masculinidades, violência contra as mulheres e grupos reflexivos de gênero. Assim, buscou-se contemplar um olhar amplo analisando as interfaces das violências de gênero contra as mulheres de acordo com a perspectiva da interdisciplinaridade.

Para a compreensão das temáticas de gênero, violências e grupos reflexivos de gênero é necessário considerar a interdisciplinaridade, o ambiente e a saúde entre as áreas de conhecimento, pois segundo Minayo (1994, p. 7) “na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual”.

No próximo tópico abordaremos com detalhes a respeito do local de estudo e os participantes envolvidos no estudo.

5.2 LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

A pesquisa de campo foi realizada junto ao Grupo Reflexivo de Gênero Coração. Destaca-se que devido a parte das atividades de coleta terem sido realizadas durante o período da pandemia de Covid-19, foram tomados todos os cuidados sanitários exigidos pelas autoridades de saúde por parte do pesquisador.

Os participantes do estudo foram os homens autores de violência (n=2), em que dois desses homens participantes do grupo reflexivo foram encaminhados pelo poder judiciário com o propósito de refletirem e debaterem sobre temas no que diz respeito a família, primeira infância, trabalho, escola, violência contra a mulher, entre outros temas escolhidos pelos participantes.

Além dos homens, foram também interlocutores deste estudo os(as) facilitadores(as) (n=4) que atuaram na realização e condução do grupo reflexivo, sendo incluídos todos que atuavam no grupo reflexivo e aceitaram participar da pesquisa.

Como critérios de inclusão para os homens participantes foram definidos os seguintes: ser homem autor de violência de gênero contra as mulheres que participou ou estava participando do grupo reflexivo intitulado Coração Valente; ser encaminhado pelo poder judiciário por terem cometido algum tipo de violência contra as mulheres; e ser residente na cidade de Lages/SC.

Como critérios de exclusão para os homens participantes, foram definidos os seguintes: não ter cometido violência contra as mulheres e que não responde judicialmente por violência contra a mulher; não ter participado do grupo reflexivo Coração Valente; e ser homem autor de violência contra as mulheres que reside em outros municípios.

No tópico a seguir trazemos as questões éticas e resoluções que vêm a somar e elucidar as práticas, as posturas e os cuidados éticos da referida dissertação e com envolvimento dos participantes do questionário e das entrevistas.

5.3 QUESTÕES ÉTICAS

Este trabalho de dissertação seguiu as orientações da Resolução nº 466/12, a qual regulamenta as pesquisas com seres humanos e de acordo com as resoluções estipuladas pelo Conselho Nacional de Saúde, e também a Resolução nº 510/16, que retrata sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, com Parecer nº 5.292.255 do Comitê de ética e de acordo com os parâmetros da Plataforma Brasil.

Mesmo os(as) participantes tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram orientados(as) que teriam o direito de se manifestar e desistir a qualquer momento ou etapa do andamento da pesquisa.

Para se ter um olhar ampliado, em que verificamos as questões éticas, a seguir apresentamos os procedimentos de coleta e registro de dados, uma etapa crucial e importante para os resultados e as discussões ao longo do presente trabalho.

5.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E REGISTRO DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de entrevista individual focalizada e semiestruturada com os homens autores de violência de gênero contra as mulheres e com os(as) facilitadores(as) dos grupos reflexivos.

Conforme Flick, esse tipo de entrevista tem por objetivo “obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema. Por isso, as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (FLICK, 2009, p. 115).

Nesse sentido, houve o cuidado em obter o máximo de informações espontâneas e informais, evitando interferências pessoais nos relatos dos(as) participantes da pesquisa.

A entrevista focalizada pode ser considerada como um instrumento cuja base de coleta de dados é a interação entre as pessoas, ou seja, o entrevistador e a pessoa participante da pesquisa (FLICK, 2009).

Ressalta-se, todavia, que é necessária a elaboração de um roteiro que sirva como guia para o pesquisador manter o foco nos objetivos da pesquisa (FLICK, 2009).

Para a realização das entrevistas, foram desenvolvidas perguntas norteadoras para os dois públicos, conforme Apêndice A.

Além disso, após o aceite por meio de contato telefônico prévio e posterior assinatura do TCLE, tomou-se o cuidado de conduzir os participantes para um local seguro adequado para que pudessem responder as perguntas e falar sobre suas percepções acerca da violência de gênero.

Todas as entrevistas foram realizadas pelo mesmo entrevistador. Para registro das informações, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise dos dados.

Além disso, antes foram coletadas informações sociodemográficas por meio de questionário com os seguintes itens: idade, gênero, escolaridade, número de filhos, vínculo de trabalho, estado civil, religião e local de moradia.

Essas informações foram incorporadas na caracterização dos sujeitos e agregaram para análise dos dados qualitativos.

5.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados e transcritos foram analisados por meio do método de análise com a perspectiva das narrativas. De acordo com Bastos e Biar (2015), a análise de narrativa apresentada como relação de discurso e em perspectivas nas ações de contação de histórias e em dilemas que envolvem o cotidiano, sendo em situações espontâneas ou até mesmo em situações de “entrevista e em pesquisa social”.

A análise e investigação narrativa tem como base o estudo do “particular”, onde o analista perpassa pelo interesse de como um “falante ou escritor” elucidam, desde a linguagem, imagens no aspecto da construção de significados do social (ZACCARELLI; GODOY, 2013).

Mediante a isso, foi realizada imersão do pesquisador nos dados coletados por meio de leitura exaustiva para a compreensão das narrativas e construção de categorias de análise acerca dos significados da violência para os homens autores de violência e facilitadores do grupo reflexivo de gênero.

Após a identificação das categorias e subcategorias, foi realizada a descrição dos resultados, com a apresentação de trechos das falas dos interlocutores, com codinomes para manter o sigilo.

Após a conclusão dessa descrição, os achados foram debatidos e discutidos com a literatura interdisciplinar de gênero, bem como a interface de saúde e ambiente, masculinidades, violência contra as mulheres e grupos reflexivos de gênero.

Neste sentido, a seguir trazemos como parte relevante desta dissertação ao que tange os resultados e a discussão do tema, uma etapa minuciosa e de muitos significados em relação às falas dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres e dos(as) facilitadores(as) em meio ao grupo reflexivo de gênero Coração Valente.

6 RESULTADOS

Neste item apresentaremos os resultados, em um primeiro momento falaremos sobre o grupo reflexivo de gênero para homens autores de violência, na sequência cada tópico e cada categoria estão sistematizadas as informações e o processo de como tudo foi realizado, vindo a contemplar os objetivos e procedimentos deste trabalho.

6.1 O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

No município de Lages, com o aumento de casos de violência de gênero contra as mulheres, através do Poder Judiciário foram criadas estratégias por meio de grupos reflexivos para enfrentamento do problema com a abordagem dos homens autores de violência.

É neste contexto dos grupos reflexivos que foram realizadas as entrevistas cujos dados serão apresentados neste capítulo de resultados, que iniciará com a caracterização desses espaços.

O grupo reflexivo para autores de violência é resultado de um trabalho conjunto de diferentes entidades na cidade de Lages. Destaca-se como um dos idealizadores desta atividade um juiz de direito, que vem exercendo protagonismo com o tema violência de gênero contra as mulheres, com preocupação de trabalhar também com os homens.

Neste sentido, além dos encaminhamentos de medidas protetivas, foi pensada a necessidade de participação dos homens autores de violência em grupos reflexivos, objetivando reflexões, mudanças e transformações significativas na vida dos mesmos e de seus familiares por meio da cessação das violências.

Destaca-se que essas medidas estão alinhadas com a mudança na Lei Maria da Penha no ano de 2020, que traz a necessidade da participação dos homens autores de violência contra as mulheres nos grupos reflexivos, colocando um aspecto restaurativo e não somente punitivo para os homens, na busca da efetivação dos direitos das mulheres.

Neste contexto, no ano de 2019 foi iniciada a atividade dos grupos reflexivos para homens autores de violência em Lages/SC.

O grupo foi estruturado com um total de 10 encontros, que ocorreram na sala do Grupo Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL) na Universidade do Planalto

Catarinense (UNIPLAC) e em salas de aula da mesma instituição. Os encontros ocorreram semanalmente das 19h às 21h30.

Em relação à metodologia empregada no grupo, optou-se pelo formato de círculo para fomentar a troca de experiências e o caráter reflexivo. O objetivo da atividade é proporcionar reflexões, mudanças e transformações significativas na vida dos participantes, por meio de um espaço seguro para o compartilhamento de suas experiências como autores de violência contra as mulheres, bem como aspectos de sua trajetória de vida.

As atividades eram acompanhadas por quatro facilitadores(as), dois homens e duas mulheres, que organizavam as atividades e atuavam como mediadores das conversas, também participando das conversas ativamente.

Além disso, os grupos contavam com a participação dos homens autores de violência encaminhados a partir do poder judiciário em casos de violência contra as mulheres. Nesta atividade, foram encaminhados 10 homens autores de violência para participar do grupo Coração Valente.

No desenvolvimento das atividades, destaca-se que um dos homens autores de violência não foi localizado e outro entrou com recurso junto do tribunal, visto que na época não se tinha na legislação como obrigatoriedade a participação nos grupos reflexivos.

Os encontros semanais foram então realizados com oito homens autores de violência, no início de 2019, até a emergência da pandemia de Covid-19, que interrompeu as atividades.

No ano de 2022, os(as) facilitadores(as) fizeram e retomaram os convites a esses oito homens autores de violência que participaram dos encontros em 2019. Desses, seis aceitaram retomar suas participações, todavia com uma reincidência de um deles no ato de violência com sua esposa no período de afastamento do grupo – o mesmo ficou recluso no sistema prisional, não podendo participar das atividades. Ou seja, o grupo concluiu com cinco participantes.

Os encontros foram organizados com temáticas delineadas e construídas em conversa com os próprios homens e com facilitadores(as) ao longo dos encontros do grupo reflexivo.

Em relação às temáticas trabalhadas, as que se destacaram nos temas abordados foram questões e temas sobre: família, primeira infância, admitir, violências, sonhos, empatia, usar cor rosa e cor azul, religiosidade, mercado de trabalho, gênero, entre outras questões.

Os(as) facilitadores(as) faziam o *check-in* na entrada e perguntavam como esses homens e todos(as) os(as) participantes estavam durante a semana e sobre os dias corridos após os encontros no grupo reflexivo. Após esta introdução passavam para as atividades do dia.

Foram utilizados vídeos, áudios, músicas, cartolinas, canetas coloridas e demais materiais para o desenvolvimento dos encontros, a depender do dia e da atividade desenvolvida, sendo o intuito central buscar e trabalhar as reflexões dos participantes com seu efetivo envolvimento.

Ao final de cada encontro eram oportunizados momentos de confraternização com alimentação e músicas, bem como os(as) facilitadores(as) se colocavam à disposição para conversas e suporte aos homens autores de violência de forma individual.

O pesquisador, no intuito de se integrar às atividades para o desenvolvimento da dissertação, participou de três encontros do grupo reflexivo Coração Valente.

Tal participação possibilitou acompanhar e se integrar nas conversas e nos relatos dos homens autores de violência e facilitadores(as), proporcionando maior compreensão de como era a estruturação, a organização, a logística e o funcionamento dos encontros, envolvendo a preparação e os impactos na vida dos participantes.

No primeiro, destacam-se as dificuldades dos homens autores de violência no entendimento da proposta do grupo reflexivo, em relação aos motivos de sua participação naquele espaço.

Assim, os(as) facilitadores(as) tiveram um papel central, esclarecendo e explicando sobre o funcionamento e reforçando que aquele era um espaço seguro para falas e conversas sobre o tema da violência.

Também foi reforçado que os participantes poderiam e deveriam expor ideias, pensamentos e reflexões acerca dos atos de violência e os tipos de violências existentes, sem medo de represália, mas buscando refletir sobre suas ações.

A partir do segundo encontro, foi possível perceber que os homens já estavam mais à vontade e traziam suas narrativas, participando com maior frequência nas falas de outros homens.

Todavia, destaca-se certa resistência e dificuldade de alguns participantes em explicitar os motivos de estarem frequentando o grupo reflexivo. Neste contexto, os próprios homens autores de violência decidiram criar um nome para o grupo, sendo o mais votado “Coração Valente”, em homenagem ao filme estrelado pelo ator Mel Gibson.

Neste mesmo dia, começaram a emergir falas agregadoras de como se sentiam em fazer parte do grupo reflexivo na cidade de Lages/SC.

Por fim, no terceiro encontro, percebeu-se que os homens autores de violência contra as mulheres já apresentavam falas e atitudes que os significavam enquanto “pessoas valentes”, por conseguirem fazer parte de um grupo reflexivo e falar sobre violência de gênero contra as mulheres, reconhecendo seus erros.

Neste momento, foi possível perceber que as falas sobre suas atitudes começavam a ficar mais de acordo com os motivos que os levaram ao grupo reflexivo, havendo um reconhecimento das atitudes de violência, bem como trocas entre eles por meio de elogios, compartilhamento das tristezas, bem como de desafios para transformações na vida dos mesmos.

Uma vez apresentado o grupo reflexivo, seus participantes e facilitadores, bem como as inserções do pesquisador neste espaço, apresentaremos as principais narrativas dos e sobre os homens autores de violência entrevistados.

6.2 NARRATIVAS DOS/SOBRE OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Neste item, apresentaremos a caracterização dos homens autores de violências contra as mulheres, bem como as narrativas e os significados desses acerca da violência de gênero.

Destacamos que foram convidados os cinco participantes que permaneceram durante todo o programa do grupo reflexivo, todavia desses somente dois aceitaram participar das entrevistas, tendo recusa dos outros três.

Um dado relevante e com tamanhos significados de verificação tendo em vista a pouca adesão dos participantes em falar sobre suas narrativas das violências, sobre gênero e da participação nos encontros do grupo reflexivo e a relação dos mesmos com a sociedade.

Como proposta a seguir traremos as narrativas e os significados sobre a violência no momento pré-grupo e as narrativas e significados sobre violência no momento pós-grupo, trazendo o processo de entendimento e contextualização das narrativas dos homens autores de violência.

6.2.1 Caracterização dos interlocutores

Para apresentar os homens entrevistados, que terão suas narrativas analisadas ao longo deste trabalho, usaremos os codinomes de interlocutor 1 e interlocutor 2. Ambos foram

participantes do grupo reflexivo Coração Valente, estando presente nos 10 encontros que compunham o ciclo da atividade.

Vamos iniciar apresentando o interlocutor 1, o mesmo é de origem da Serra Catarinense, tem 46 anos, raça negra, pai de quatro filhos e todos do sexo masculino. Os filhos têm idades de 25, 24, 10 e 6 anos. Este interlocutor trabalha no ramo da construção civil.

Sua religião é católica e o mesmo é morador do contexto da zona urbana, mas por diversas vezes devido ao seu trabalho morou e trabalhou na zona rural. Em relação a casamento, o interlocutor 1 casou duas vezes, encontra-se solteiro atualmente, no último relacionamento teve conflitos com sua companheira, quando esta iniciou atividade laboral.

É um homem que em momentos das suas falas parece ser empático com as pessoas e com as mulheres, mas afirma ter dificuldades de relacionar-se com pessoas e quando essas o “tiram do sério”, sendo que a maioria dos conflitos com sua companheira foram motivados por ciúmes e, em alguns momentos, deixava sua companheira falando sozinha, como forma de mostrar “quem manda”.

Em algumas brigas do casal e nos conflitos a companheira utilizou uma faca para se defender nos episódios das discussões. Ele aponta ter dificuldades de expressar seus sentimentos e de conversar, mas apresenta mudanças a partir da participação no grupo reflexivo.

Por fim, o interlocutor 1 afirma indicar o grupo reflexivo para outros homens participarem, o mesmo também aponta a relevância de existir os encontros nos grupos reflexivos e que seria interessante ocorrer grupos reflexivos com mulheres debatendo a violência de gênero contra as mulheres.

O interlocutor 2 também é oriundo da Serra Catarinense, tem 50 anos, raça branca, pai de cinco filhos, sendo um deles já falecido. Os filhos têm idades de 31, 28, 20, 18 e 10 anos.

Ele trabalha em uma empresa na função de soldador. Seu estado civil é casado, e há mais de três décadas vive diversas experiências e conflitos com sua esposa. Sua família professa a religião evangélica e o mesmo é morador da zona urbana.

Nas falas, o interlocutor 2 apresenta um reforço do papel de provedor nos aspectos financeiros, reforçando que sua família depende do mesmo, sua esposa é do lar. Menciona que fez uso de substâncias psicoativas anos atrás e que por diversas vezes comete atitudes e atos de violência com sua esposa e seus filhos.

Além disso, relembra algumas vezes que no seu passado sofria violência por parte dos pais e do seu avô, bem como foi abandonado e que sua mãe tinha problemas de saúde mental. Passou fome e necessidades em sua infância junto a seus dois irmãos.

O interlocutor 2 afirma que gostaria de ser um futuro facilitador nos encontros dos grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero contra as mulheres, bem como o mesmo indicaria o grupo para outros homens participarem.

Isso porque, depois que o interlocutor 2 passou a participar do grupo reflexivo Coração Valente, menciona que pensa mais antes de agir e falar com seus familiares, amigos e com sua esposa, pois reconhece os impactos e significados de suas atitudes.

No desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados, foi possível perceber que nas narrativas dos homens autores de violência entrevistados houve referências a momentos e experiências progressas e posteriores à participação no grupo reflexivo. Desta forma, a seguir serão apresentadas as categorias construídas a partir das percepções e narrativas dos homens autores de violência em dois momentos, a saber: pré-grupo e pós-grupo.

6.2.2 Significados das narrativas dos homens autores de violência antes do grupo de reflexão

A partir da análise dos dados sobre as percepções e narrativas dos homens autores de violência sobre suas vivências antes de entrarem nos grupos reflexivos, foi possível identificar duas categorias, a saber: violência intrafamiliar, culpabilização das mulheres e reprodução de violências sofridas; e percepções sobre o papel das mulheres e dos homens.

6.2.3 Violência intrafamiliar, culpabilização das mulheres e reprodução de violências sofridas

As violências oriundas de um processo social e histórico são constituídas em formas de reprodução de gerações e também no âmbito intrafamiliar, e nas narrativas dos interlocutores foi possível perceber que os homens atribuíam a culpa das suas ações de violências a comportamentos e atitudes das mulheres.

Ou seja, não conseguiam refletir sobre o seu papel enquanto agressor, bem como de sua atitude violenta para a solução de conflitos, muitas vezes atribuindo o adjetivo de “tranquilos” para eles mesmos.

“Mais eram ciúmes. Na realidade quem começava mais era ela. Eu sou tranquilo, ela era muito ciumenta. Ela tentava me deixar para baixo, eu não dava muita bola, as vezes ela ficava brigando e eu dando risadas, isso que de repente ela ficava mais braba. *Às vezes acontecia da gente ficar se tapeando. Meu filho pequeno presenciava tudo, daí eu ficava meio para baixo* (Interlocutor 1)”.

“Na realidade me tratava bem, eu sou calmo, *só quando me tiram do sério, daí eu fico meio fora da casinha*. Às vezes sou meio chato, meio palhaço, fazendo piada, tem gente que não está acostumado, daí são muito sérios (Interlocutor 1)”.

Conforme Bourdieu (2014), a violência simbólica trata-se de uma percepção pré-reflexiva sobre a lógica da dominação masculina na sociedade ocidental. Neste sentido, é possível perceber que nas narrativas dos homens esse aspecto estrutural vem à tona, pois sequer conseguem perceber-se enquanto violentos, uma vez que antes dos grupos reflexivos acreditam que seu comportamento é normal (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Nesse sentido, dados sobre os homens autores de violência corroboram com os achados deste estudo, sendo que a principal dificuldade é fazer com que os homens se percebam enquanto agressores, bem como partícipes de um processo de violência de gênero (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Por outro lado, fatores associados ao uso de substâncias psicoativas podem ser evidenciados como estimulantes aos homens cometerem atos de violência, sem ao menos refletirem dos impactos e do que são capazes de fazer contra suas companheiras e no ambiente intrafamiliar.

Entretanto, nas narrativas os homens se veem como “sem caráter”, por deixarem os filhos passarem fome, usarem substância psicoativas ou ainda por discussões e brigas com as mulheres.

Eles relacionam essas situações com as violências de gênero que cometem, mas também apresentam relação com as violências sofridas ao longo da vida. Sendo assim, julgam ser difícil mudar de uma hora para outra suas atitudes, apesar de reconhecerem ser necessário.

“A gente está junto a 32 anos, chegamos a um ponto mais de respeito um com o outro, mas no começo não foi, até poucos anos atrás a gente discutia muito, eu fui usuário de drogas durante muitos anos, 17 anos eu fui usuário de drogas, eu maltratei ela, eu batia nela, eu fui um homem imperfeito para ela naqueles anos. **Eu não dei comida para os nossos filhos, eu era um caco, era um homem sem caráter e sem respeito com as outras pessoas, com as outras mulheres, até comigo mesmo, antes tinha um tratamento abusivo. Ela mesmo me mostrou isso. Eu achei que parando de usar drogas eu tinha mudado.** Eu

só parei de usar, mas o defeito de caráter tinha que ser moldado. Acredito que tenho muito que mudar (Interlocutor 2)”.

“Sim isso aconteceu de mais, tanto violência física, quanto violência moral, meu pai bebia e deixou a desejar muito na família. Ele traiu minha mãe com uma tia minha, minha mãe viu isso e minha mãe surtou, internaram ela na Colônia Santana, ela enlouqueceu (Interlocutor 2)”.

Conforme Gregori (2003), as discussões sobre violência de gênero contra as mulheres eram e ainda são relações desafiadoras e complexas, frente às relações de poder do patriarcado e da dominação masculina.

Nota-se que os comportamentos dos homens estão relacionados com o contexto social em que vivem, sendo difícil o rompimento com determinados comportamentos, mesmo quando se reconhecem violentos.

Além disso, o uso de substâncias psicoativas aparece como um agravante e estopim dos atos violentos nos interlocutores do estudo. Tal situação também está presente em outros estudos, todavia ressalta-se que o uso dessas substâncias apenas permite que os homens manifestem seus pensamentos e suas atitudes moldados por um histórico machista e violento (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

As narrativas dos homens levam em um primeiro momento à percepção de que as mulheres agredidas são culpadas pelos atos cometidos por eles. Trazem assim relatos de situações em que foram ameaçados durante os conflitos, mas não conseguem refletir sobre suas atitudes violentas.

Assim, os homens autores de violência de gênero contra as mulheres apresentam dificuldade de entender quando estão machucando suas esposas, criando pensamentos de que “na hora não sabemos como agir”, apresentam dificuldades de comunicação e justificam as agressões cometidas, colocando-se como vítimas de suas companheiras e as culpabilizando do processo de conflitos vivenciados e praticados no lar.

“No meu último casamento ela me ameaçou com uma faca, me chamou de lixo, foi um dia meio chato, dia do meu aniversário. A gente só ficava se debatendo. Uma situação meia chata na realidade. Na hora a gente não sabe como agir, às vezes você segurando acha que está machucando (Interlocutor 1)”.

No fim de 1960, desencadeou o crescimento dos movimentos feministas, quando realizaram estudos sobre as mulheres, utilizando-se do conceito de patriarcado. O patriarcado e

o machismo estão presentes na sociedade e influenciam na cultura, na forma de ser e pensar sobre os homens e as mulheres (GROSSI, 1998).

Nesse sentido, por meio deste estudo com os homens autores de violência de gênero contra as mulheres, reforça-se as percepções e os significados dos fatores culturais, econômicos e sociais, como sendo relevantes de serem contextualizados, debatidos e compreendidos na análise das relações entre homens e mulheres, evitando essas de responsabilização dos atos cometidos (SAFFIOTI, 2004).

Ou seja, homens delegando a culpa nas mulheres e fugindo de suas responsabilizações e atos de reflexão e consciência (SAFFIOTI, 2004).

Nota-se também que os homens autores de violência caracterizam seu comportamento nas relações com as mulheres como sendo “equilibrado”. Assim percebe-se uma contradição em relação à própria condição que os faz estar participando dos grupos reflexivos, mais uma vez reforçando e culpabilizando as mulheres.

Neste sentido, os homens não se enxergam como violadores de direitos ou como agressores de situações do cotidiano, fazem alusão e acreditam que estão mudando para que suas esposas também entendam e percebam “tais” mudanças.

Além disso, esses mesmos homens retratam as violências geracionais em que as mulheres são vítimas de homens opressores.

“Eu vejo assim, já foi pior. Eu tento colocar um ponto de equilíbrio e calar a minha boca, às vezes acho que ela se aproveita da situação, às vezes acho que ela se passa. *Mas eu acredito na mudança, acredito que eu mudando eu vou conseguir, ela vai entender, daí ela não vai me afrontar. Situação real que já aconteceu comigo, ela brigou de eu deixar o chinelo jogado, um comportamento abusivo* (Interlocutor 2)”.

“Muitos dos homens cometem violência, eu mesmo muitas vezes pratiquei violência com minha mulher, imagina o tanto de homens que cometem e praticam violência, fiz muita coisa errada e aos poucos estou aprendendo e quero mudar, é difícil (Interlocutor 1)”.

No Brasil as violências de gênero contra as mulheres tiveram uma nova abordagem a partir dos anos 1980, mas principalmente a partir da Constituição Federal de 1988; todavia, percebe-se que processo de efetivação dessas medidas para a igualdade de gênero ainda carece de avanços (DEBERT; GREGORI, 2008; (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; PÊ *et al.*, 2022).

Neste sentido, estudos vêm de encontro com as narrativas dos homens em meio às contradições sociais, sendo reforçada a cultura machista e colocando a culpa nas mulheres, existindo dessa forma violências geracionais e opressão por parte dos mesmos (DEBERT; GREGORI, 2008; (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; PÊ *et al.*, 2022).

Por outro lado, ao analisar as narrativas dos homens autores de violência, percebe-se que há marcas ao longo da história de vida relacionadas a violências sofridas na infância e adolescência. O cenário dessas agressões foi o contexto intrafamiliar desses homens.

Assim, nota-se um processo de reprodução das violências sofridas pelos homens autores de violência, perpetuando-a de geração para geração.

Além disso, há uma naturalização dessa situação, apresentando-a como se fossem “normal” e que poucos tinham “liberdade”, ou seja, reforça as múltiplas faces das violências de gênero contra as mulheres e no contexto intrafamiliar.

“Meu pai era meio violento mesmo. Ele foi criado no sítio, ele era rígido, você poderia sair para fora do portão só se fosse para a escola, não tinha divertimento, tudo era feito dentro do lote. **Na época parecia normal e eram poucos que tinham liberdade** (Interlocutor 1)”.

“Na época eu tinha eu tinha 11 anos, meu irmão de 12 e minha irmã de 3 anos, meu pai fugiu com essa mulher e deixou nós abandonados. Isso marcou muito, mas a pior das violências foi do meu pai abandonar nós. **“Nesse tempo uma mulher entrou na nossa vida e atendeu da gente, ela entrou na nossa vida e na nossa casa, a gente criava pombinhas, comia com arroz e as pombinhas. Tinha outra mulher que nos ajudava nas refeições, detalhe essa mulher era traficante. E eu encontrei novamente essa mulher, passou mais de 30 anos, e recente na casa do meu pai a gente falou de procurar a mulher que matou a nossa fome. Eu fui e consegui encontrar, levei uma caneca com a foto dela e a gente chorou muito** (Interlocutor 2)”.

“**Eu soube pela minha mãe que meu falecido avô deixou meu pai enforcado, ele era capataz e deixou meu pai enforcado, saiu de manhã e voltou a tarde, minha falecida avó levou um banco para o coitado não morrer** (Interlocutor 1)”.

Torna-se relevante trazer para a discussão estudos que corroboram com fatores relacionados à cultura e perpetuação do coronelismo e da fazenda, bem como são visíveis nas falas e percepções dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres participantes deste estudo (LOCKS, 2016).

Salientamos que o machismo e o patriarcado estão na base e nos pilares das relações e interações sociais dos estudos de gênero. Nesse sentido, as violências de gênero contra as mulheres são questões identificadas e relevantes na atualidade, sendo um fenômeno social e

histórico local que vai de encontro à conscientização da valorização das mulheres (LOCKS, 2016).

Além disso, percebe-se que os homens, como frutos de uma socialização baseada em masculinidades tradicionais e violentas, acabam ficando em um papel ambíguo de vítima e agressor. Deste modo, acabam perpetrando as violências que sofreram, por conta de práticas de masculinidades que reproduzem por conta de sua criação e contexto (CONNELL, 1995).

Estudos corroboram em relação ao patriarcado nos aspectos sociais e familiares, caracterizando a autoridade e dominação masculina frente aos papéis de gênero sobre as mulheres e os filhos no âmbito familiar, sendo que muitas vezes existe a reprodução de violências em futuras gerações e no contexto intrafamiliar (MOURA; LEFEVRE; MOURA, 2012; OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Nesse sentido, salientamos que o “patriarcado não qualifica somente o poder do pai, mas sim o poder dos homens enquanto categoria social”, estas concepções podem ser identificadas nas narrativas dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres que verbalizam falas de reprodução de atos violentos sofridos por estes, bem como os mesmos homens cometem uma cadeia de reprodução das violências no ambiente familiar (CASTELLS, 2014).

6.2.4 Percepções sobre o papel das mulheres e dos homens

No cotidiano evidenciamos a parceria entre muitos casais, porém os homens autores de violência de gênero contra as mulheres trazem narrativas da decisão de se ter “uma boa esposa”. Esses homens afirmam que suas esposas são um suporte ou auxílio, não dando a valorização e o reconhecimento enquanto sujeitos autônomos.

Foi possível perceber que os homens tinham uma expectativa fixa sobre o papel e as atribuições das mulheres, sendo esperado que elas fossem as gestoras dos cuidados na conjuntura do casamento e da casa.

“Uma boa esposa para mim é aquela parceira, aquela que está ali para me auxiliar, que eu tenho essa pessoa. **Hoje eu tenho essa pessoa do meu lado há 32 anos, ela é a pessoa que me auxilia, que me orienta muito, não faz assim, faz desse jeito, cuidado aqui, você falou demais, não pode falar da tua vida pessoal para as pessoas, as pessoas são invejosas, minha mulher me fala isso** (Interlocutor 2)”.

De acordo com a autora Grossi (1998), existe em meio à sociedade diferenças visíveis de gênero no que se referem a classe, fatores econômicos, sociais, raça, regionais, além das lutas e do reconhecimento de angústias, liberdade, respeito, autonomia, valorização e reconhecimento enquanto seres humanos e os papéis desempenhados socialmente.

Neste sentido, estudos fortalecem os achados das principais narrativas dos homens autores de violência, em que os papéis sociais e culturais ditam como as mulheres devem se portar e agir em meio às regras impostas e estabelecidas na dominação dos homens sobre as mulheres, em especial as do cuidado (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; PÊ *et al.*, 2022).

O machismo muitas vezes se faz presente nos lares e com isso muitos homens proíbem ou impedem que suas esposas entrem no mercado de trabalho. Em muitos casos as mulheres são as que mantêm os lares e os filhos.

Neste contexto, percebemos que os homens analisam as atitudes de suas esposas em relação ao trabalho e meio de sustento familiar como sendo um “problema” e como estopim de novos conflitos.

“Minha esposa trabalha. Na realidade eu casei um monte de vezes. ***Minha última esposa começou a trabalhar, daí as ideias começaram a não bater mais, daí não deu mais certo e a gente optou por terminar*** (Interlocutor 1)”.

De acordo com Castells (2014), em meio à cultura do patriarcado é papel do homem ser o provedor e trazer sustento à família. Desse modo, quando a mulher é inserida no mercado de trabalho, exercendo sua cidadania e buscando muitas vezes sua autonomia acaba sendo vítima de violência devido a esta situação.

Neste sentido, estudos com as narrativas dos homens autores de violência, retratando “a desigualdade de gênero e os papéis sociais das mulheres quando estes exercem a autoridade e a dominação frente a suas companheiras”, proibindo as mesmas de exercerem atividades laborais e que tragam renda à família, bem como os “desafios dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres se reconhecerem como violentos, agressores e pertencentes a sociedade machista”(OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; PÊ *et al.*, 2022).

A valorização da mulher é feita somente pelo que ela exerce em seu papel de mãe, esposa e cuidadora do lar, em suas tarefas executadas no cotidiano, tais como: lavar, passar, cozinhar, cuidar de filhos e do marido.

São percebidas e identificadas narrativas que apontam que homens autores de violência de gênero contra as mulheres percebem suas esposas como heroínas, sendo que isso parte da identificação de que elas “não dormem”, podem “estar com febre ou gripadas”, acordando cedo e “indo dormir tarde”.

Ou seja, há uma romantização da situação de exploração e sobrecarga das mulheres no âmbito doméstico.

“Ela trabalha em uma profissão que é uma das mais preciosas que é a do lar, aquela que trabalha 24 horas. **Ela não para... ela pode estar com febre, pode estar gripada, mas ela levanta cedo e faz almoço para as crianças, lava roupa, não para, acorda cedo e vai dormir tarde** (Interlocutor 2)”.

Percebe-se que esta percepção de vinculação das mulheres com o ambiente doméstico de forma natural é um reflexo da dicotomia de gênero imposta pela visão patriarcal em nossa sociedade, não sendo então uma exclusividade dos homens autores de violência, mas sim uma percepção disseminada, de forma equivocada, do papel das mulheres (ADAMOLI, 2018).

Além disso, a percepção da mulher como um objeto, passível de abuso de poder e como se fosse uma super-heroína do lar é reflexo da ideia de família nuclear do sistema patriarcal. Assim, tem-se uma dependência do homem em relação à mulher, sendo a dominação masculina e a relação de poder trazidas nas narrativas e nos entendimentos dos homens autores de violência de gênero (HOOKS, 2014).

Neste sentido, percebe-se que enquanto prática de masculinidade e percepção dos homens autores de violência, essas narrativas são mais naturalizadas e fazem parte das justificativas que apresentam para suas agressões. Ou seja, ao não corresponder ao esperado por eles, as mulheres são passíveis de serem repreendidas por um comportamento “inadequado” frente à lógica patriarcal (EINHARDT; SAMPAIO, 2020).

Dessa forma, muitas vezes o reconhecimento positivo desse trabalho é tão somente uma forma de opressão das mulheres, sem uma valorização das vontades, dos gostos, dos desejos e da autonomia delas.

As narrativas sobre o papel dos homens em meio ao contexto familiar evidenciam um olhar de superioridade em relação às mulheres, manifestado pelas percepções sobre suas companheiras.

Destaca-se que o papel de provedor financeiro foi central na significação sobre os homens, todavia uma ideia de mentor e coordenação sobre os rumos da família também foi colocada.

“Esse meu último casamento era muita normal, na verdade eu quem coordenava, eu quem dizia o que era o certo e o errado. **Eu era o homem das finanças. Eu cuidava do financeiro e ela cuidava da casa** (Interlocutor 1)”.

“Essa parte de finanças é tudo comigo, até porque ela não possui renda. **O mercado ela só faz a lista e a gente vai junto até no caixa, depois do caixa é tudo comigo. Questão de vestuário é tudo comigo, ela me diz: preciso de tal coisa e eu corro atrás** (Interlocutor 2)”.

Neste aspecto, Oliveira (2020) aponta para que apesar de uma manutenção de aspectos patriarcais em alguns contextos, as mudanças no âmbito dos domicílios após a década de 1990 promoveram mudanças na condição de domínio e no comportamento masculino.

Segundo o autor, dados apontam que em 1995 cerca de 23% dos domicílios eram chefiados por mulheres, em 2019 esse percentual foi para 48%. Mediante a isso, os homens têm assumido uma posição ressentida em direção ao passado, culminando em processos violentos no âmbito domiciliar (OLIVEIRA, 2020).

Observando o contexto da Serra Catarinense, em que a cultura da fazenda e a configuração do homem como figura de chefe de família, o provedor dos recursos financeiros e comandando a mulher e seus filhos é presente, essa dicotomia homem provedor e mulher responsável pelo lar é muito marcada (LOCKS, 2016).

Estudos corroboram com as narrativas dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres e reforçam sobre os aspectos de opressão em se tratando da religião, modo de se vestir, classe ou raça, mercado de trabalho e as escolhas e vivências de mulheres que são/estão oprimidas, muitas vezes os homens opressores se colocam na condição de vítimas (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, Hooks (2015) aborda sobre reflexões que vêm de encontro às narrativas dos participantes do grupo reflexivo, em se tratando das mulheres ocuparem cargos e funções sociais de inferioridade no trabalho, no lar e na sociedade. Todavia, muitas dessas mulheres passam/sofrem com o desafio diário de lutar contra essas opressões (HOOKS, 2015).

6.3 SIGNIFICADOS DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA APÓS A ENTRADA DO GRUPO DE REFLEXÃO

A partir da análise dos dados sobre as percepções e narrativas dos homens autores de violência no contexto pós ingresso, foi possível identificar duas categorias, a saber: percepção da violência, sentimento de acolhimento e empatia; e impactos e transformações na vida e relação com a violência.

6.3.1 Percepção da violência, sentimento de acolhimento e empatia

Ao entrar no grupo reflexivo de gênero foi perceptível a negação da violência por parte dos homens. Neste sentido, percebe-se que mesmo após as atividades as narrativas deles amenizam as atitudes que tiveram no passado, além da negação e do entendimento da responsabilização e consciência de atitudes violentas ao longo da vida.

Nos primeiros encontros, os homens traziam nas falas aspectos da negação das violências perpetuadas nos lares e em outros locais, narrativas muitas vezes irônicas e com certo deboche.

“Eu não acho que fiz agressão em certos momentos, até mesmo de minha mulher ficar provocando, às vezes o sangue sobe, mas eu não costumo ser violento, se minha mulher me respeitar tudo fica melhor (Interlocutor 1)”.

Moura *et al.*, (2020), em estudos com homens autores de violência, verificaram que a presença de histórico de maus-tratos na infância, bem como a naturalização das violências entre parceiros íntimos, faz com que não se percebam enquanto agressores. Neste sentido, identificar e atuar preventivamente sobre esses fatores de risco que perpassam as construções das masculinidades são indispensáveis para reestruturação de crenças legitimadoras de violência de gênero.

Por outro lado, como aponta Saffioti (1987), a negação da violência dos homens também é uma forma de legitimar o espaço de poder e privilégios dos homens, assim é mais fácil não assumir a culpa ou se fazer pertencente aos conflitos. Entretanto, a forma como os homens são educados e formados em um contexto patriarcal influencia na dificuldade de lidarem com aspectos subjetivos, o que envolve o reconhecimento de suas atitudes violentas (MOURA *et al.*, 2020).

Ao longo dos encontros, os participantes traziam narrativas que estavam sendo punidos de alguma forma, sendo que estavam pagando por seus atos de violência, mas que ao entrar no grupo reflexivo de gênero mudaram suas concepções, ainda mais quando a maioria dos homens participantes já se conheciam ou trabalharam juntos.

Mesmo com o viés do caráter não punitivo, algumas narrativas são fortemente trazidas ao longo das entrevistas e no arcabouço de ironias e fortalecimento do patriarcado e da cultura Serrana.

“No meu entendimento foi muito bom. Antes eu pensei que fosse uma forma de me punir e ter que vir no grupo e reunião. A maioria do pessoal eu conhecia, sou meio idoso, tenho 46 anos. Eu me senti entre amigos, alguns até trabalhei junto. Os vídeos e as conversas eram muito fortes nos encontros (Interlocutor 1)”.

Neste sentido, estudos confirmam as narrativas dos homens autores de violência no fato da utilização de ironia e desrespeito com as mulheres, questões relacionadas aos vínculos e circuito de amizades destes homens, fortalecendo os vínculos do machismo (SAFFIOTI, 1987).

De acordo com Saffiotti (1987), o machismo ao longo da história concretizou a falsa verdade no que se refere ao patriarcado de que “a mulher é inferior ao homem”. O patriarcado vem sendo consolidado, dando esse poder ao homem de ser superior à mulher, legitimando assim de certa forma a violência praticada por eles (SAFFIOTI, 1987).

Dessa forma, para muitos homens, o fato de humilhar, constranger, subestimar e até bater em suas companheiras não se configura como violência, algumas narrativas dos homens alimentam esses olhares da dominação masculina e do machismo estruturante “o homem julga-se no direito de espancar sua mulher dada a sua formação de macho” (SAFFIOTI, 1987).

Um desafio para homens é falar sobre suas dores e suas angústias, aspectos da masculinidade e da cultura machista enraizada. A negação da violência e de atos violentos muitas vezes é reflexo disso.

No decorrer dos encontros, foram abordadas atividades no grupo reflexivo de gênero de acordo com a necessidade dos participantes e de falas dos homens sobre suas ações de violência de gênero contra as mulheres.

Tal contexto foi apontado pelos interlocutores como um espaço de possibilidade de acolhimento, pertencimento e abertura para esse tipo de diálogo.

“Foi o momento que a gente conseguiu se abrir. As melhores reuniões e encontros foram aqueles que a gente conseguiu se abrir e ser sincero. **No começo a gente não falava nada. A gente começou muito fechado, ninguém falava** (Interlocutor 2)”.

“Eu mesmo tenho muita dificuldade de falar com outras pessoas, ainda mais me abrir no meio de homens. **Mas com a participação no grupo às vezes até me espanto, a partir do grupo eu to mudando, estou conseguindo me abrir e falar de coisas que machucam, foi a partir das conversas no grupo** (Interlocutor 2)”.

Destaca-se que as construções de masculinidades condicionam os homens a uma dificuldade de falar das suas dores, sentimentos e dificuldades. Sendo assim, espaços seguros para falarem sobre suas masculinidades e violências praticadas mostram-se como um facilitador para reconhecimento e mudanças de comportamentos (CORDEIRO, 2006).

Assim, conseguem desconstruir os papéis estabelecidos para os homens, como o de ser provedor, ser racional, ser forte, não demonstrar sentimentos, entre outros (CORDEIRO, 2006).

Os grupos reflexivos são um espaço de enfrentamento da violência contra a mulher, por meio da transformação do comportamento dos homens autores de violência.

Neste sentido, Pê *et al.*, (2022), verificaram em estudo com homens autores de violência que foi percebida grande adesão aos grupos, sendo que no decorrer das atividades houve significativa compreensão do problema da violência de gênero, provocando sentimento de acolhimento e espaço seguro para fala e consequência mudança de comportamento.

As expressões de sentimentos e a análise de atitudes de atos de violência são grandes desafios entre os homens, tendo em vista aspectos históricos e culturais. A manifestação de pensamentos e atitudes são concretizados ao longo dos encontros, onde homens puderam sorrir, chorar e refletir sobre suas ações de violência.

Nas narrativas dos homens autores de violência, foi possível perceber que os encontros dos grupos foram colocados como espaços possíveis para manifestar sentimentos e acolher uns aos outros, bem como os(as) facilitadores(as) fazendo parte desses momentos que com certeza marcaram a vida desses homens.

“Eu senti de me colocar mais no lugar dos outros, isso para mim mudou bastante, uma mudança muito boa, a gente vai se quebrar, mas não sabe da dor dos outros, é nisso que às vezes a gente peca. **Igual diz minha irmã: primeiro eu, segundo eu e terceiro eu, a gente precisa se colocar no lugar do outro para saber o que está acontecendo, o que está pensando, o que você sentiu. Tem coisas que eu nem sei como conversar com uma pessoa** (Interlocutor 1)”.

“Eu penso mais antes de agir, acho que essa é a palavra que iria definir como estou depois da participação dos encontros, no trabalho, na família e em casa. Pensar antes de agir, pensar antes de falar e com cautela (Interlocutor 2)”.

Os homens autores de violência de gênero contra as mulheres participantes de grupos reflexivos trazem em suas narrativas as dificuldades da comunicação e de expressar seus sentimentos frente ao tema das violências de gênero contra as mulheres (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Entretanto percebe-se que esses espaços, para alguns participantes, são o caminho para mudança dessa realidade, incluindo a possibilidade de dialogar e refletir sobre a violência de gênero contra as mulheres (PÊ *et al.*, 2022).

Destaca-se que, neste contexto, o sentimento de empatia entre os homens autores de violência ficou evidente nas atividades que desenvolveram no grupo reflexivo. Assim, surgiram narrativas e reflexões sobre a dor do outro e como lidar com tamanha complexidade.

“Eu me perguntava: Será que a minha dor é mais forte que a dor dele? Às vezes eu me coloco no lugar das pessoas. Os vídeos me marcaram bastante, com as falas a gente vai vendo o que aconteceu, o que o outro passa, cada um tem uma cruz e o outro não passa aquilo que você passou (Interlocutor 1)”.

De acordo com Beiras e Bronz (2016), quando se trabalha com a experiência no grupo reflexivo de gênero, podem ser identificadas e analisadas diferentes discussões e narrativas a respeito de como nos relacionamos, agimos e sentimos, partindo de um lugar definido e com ideias passíveis de serem expostas e confrontadas.

Nesse sentido, evidencia-se que o diálogo é uma ferramenta essencial nas relações humanas e sociais, proporcionando aos homens novos olhares no que diz respeito às relações com as mulheres e com os outros homens, trazendo conscientização e novas percepções sobre suas vidas, colocando em questão as violências de gênero (BEIRAS; BRONZ, 2016).

A partir do momento em que os homens criam conexões, evidencia-se um espaço seguro das falas e uma possível abertura para trazer assuntos difíceis, que muitas vezes são julgados em meio aos outros homens no cotidiano.

Assim, foi possível notar que os interlocutores identificavam o local como um refúgio, ou seja, um espaço onde têm segurança e um olhar ético dos demais.

A comparação no aspecto de uma farmácia, onde compra-se “medicamentos”, é mencionada e elucida tais manifestações de sentimentos e de segurança e acolhimento.

“É um jeito de uma reflexão para você entender que o teu problema não é tão pouco e não é tão bastante. É onde a gente vai ouvindo as falas. É um jeito de extravasar. De repente você conversa com uma pessoa que te apoia e pode evitar alguma situação. Você estando ali no convívio, você vê o que a pessoa passa. Às vezes você não consegue se abrir, e o grupo vê as pessoas e você sente o apoio. **Digamos que você está doente e vai no grupo à procura de um remédio** (Interlocutor 1)”.

Neste sentido, a própria estruturação do grupo com a construção de regras para um convívio ético e seguro são apresentados como indispensável para este tipo de impacto (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Além disso, de acordo com Fuks e Rosas (2016), torna-se necessário compreender o papel fundamental dos(as) facilitadores(as) para o fortalecimento e aprimoramento dos grupos reflexivos, pois são eles(as) quem define as atividades, bem como mediam e estimulam o conjunto de ações e processos reflexivos (FUKS; ROSAS, 2016).

6.3.2 Impactos e transformações na vida e relação com a violência

Foi possível perceber transformações e impactos na vida dos homens autores de violência a partir da participação dos homens no grupo reflexivo de gênero, apesar da manutenção de algumas visões ainda violentas.

Ao analisar as narrativas, percebe-se que algumas visões sobre autonomia das mulheres foram trazidas como aprendizados pelos homens. Por exemplo, o reconhecimento e respeito de condições femininas como as mudanças de humor no período de tensão pré-menstrual (TPM).

“Ela é uma pessoa muito carinhosa. Ela tem muita paciência comigo, ela me trata não estando com tensão pré-menstrual (TPM), me trata super bem. **Faz pouco tempo que eu aprendi a respeitar isso, é o tempo dela, o ciclo dela que ela passa. Aprendi a respeitar isso depois que comecei a participar do grupo reflexivo Coração Valente** (Interlocutor 2)”.

De acordo com Beiras e Bronz (2016), no grupo reflexivo para homens autores de violência de gênero contra as mulheres é relevante trabalhar com valores, conceitos, ideias em consonância com as relações de gênero, fazendo ao longo do tempo um olhar e uma postura reflexiva, além do comprometimento inerente a todo o processo de trabalho com os grupos. Avanços, mesmo que simples, são importantes para a mudança de percepção e comportamento dos homens autores de violência (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Ao longo das entrevistas os homens participantes do grupo reflexivo Coração Valente apresentam o dilema de “admitir” atos de violência, principalmente por uma visão relacional sobre este fenômeno.

Ou seja, não se trata neste momento de uma negação dos seus atos, mas do reconhecimento de sua atitude e da importância de refletirem sobre o tema junto com as mulheres.

Ou ainda que tivessem grupos reflexivos para mulheres, com objetivo de trabalhar questões de prevenção de atos de violência e sobre o tema em si.

“Eu concordaria em fazer um grupo reflexivo para as mulheres também, que de repente o que o homem está passando a mulher está passando também. E mulher é mais fácil de se abrir, ela conversa com a amiga. O homem não, o homem já é mais retraído (Interlocutor 1)”.

Destaca-se que por um lado essa responsabilização pode ser compreendida como uma forma dos homens não assumirem a responsabilidade por suas atitudes violentas.

Todavia, considerando a percepção relacional da violência, apontada na literatura como uma abordagem mais completa e complexa sobre este fenômeno, essa percepção auxilia na transformação das relações de gênero (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Neste sentido, estudos corroboram com os impactos positivos oriundos dos processos de articulação e das reflexões que os grupos reflexivos proporcionam aos participantes (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Os homens autores de violência têm dificuldades para admitir as violências cometidas e as mulheres muitas vezes não têm espaços para falar sobre suas experiências. Assim, uma perspectiva inovadora apresentada seriam grupos reflexivos e de apoio às mulheres vítimas de violência, para abordar as questões relacionais de gênero (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

As transformações e a relação com a violência são fatores apresentados pelos homens em suas narrativas. Ou seja, percebem o grupo não só como um espaço de acolhimento e empatia, mas também como um local em que conseguem transformar e “lapidar” suas atitudes.

Foram apresentadas questões de transformação na vida desses homens após a participação dos mesmos no grupo reflexivo de gênero Coração Valente.

Além disso, aponta-se para os benefícios do relacionamento entre os homens no grupo, com impacto no caráter e na construção de uma nova autopercepção do papel dos homens.

“Eu acredito que enquanto o grupo tem transformado a minha vida, meu caráter, na verdade eu estou no grupo reflexivo pelo meu relacionamento, eu quero ser um homem melhor. O grupo só tem a acrescentar na minha vida e acredito que vai acrescentar muito mais (Interlocutor 1)”.

“É uma coisa que está fazendo o bem para mim. Agora que eu encontrei esse grupo maravilhoso que vai lapidando a gente, a gente vai aprendendo a ouvir, eu indicaria o grupo, como já indiquei (Interlocutor 2)”.

Em meio às transformações sociais e culturais, torna-se relevante compreender a possibilidade de mudanças dos homens, mesmo imersos em um contexto patriarcal. As ações por meio de políticas públicas, como são os grupos reflexivos, têm potencial de mudar a vida dos homens, evitando novos atos de violência, bem como uma vida mais saudável (COUTO; SCHRAIBER, 2011; SILVA *et al.*; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Conforme apresentado na literatura, as práticas de masculinidades são construções sociais, sendo que a realização de exercícios reflexivos e de autoanálise contribuem para mudança de comportamento (BANIN; BEIRAS, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; CONNELL, 1995).

Mesmo assim, é possível perceber nas narrativas dos homens que esta mudança é gradual, e que sendo eles autores de violência têm que lidar com a percepção dos outros. Assim, tanto os familiares como as pessoas da comunidade passam a ser balizas para esses homens em seu cotidiano.

Dessa forma, percebe-se que o processo reflexivo iniciado no grupo vai para o cotidiano deles.

“Eu até pergunto quando chego em casa, eu chamo minha esposa de princesa, eu pergunto se ela e minha filha enxergam mudança em mim, elas falam que sim. Mas que ainda tem umas coisinhas para mudar. Na verdade, felizmente ou infelizmente eu tenho que provar para mim mesmo que estou mudando para as pessoas que estão próximas de mim. Isso para mim é um retorno bom. Eu aprendi a ouvir no grupo reflexivo, em casa também e mesmo que eu esteja errado (Interlocutor 2)”.

Estudos apontam novos olhares como forma de possibilitar a compreensão de como os homens autores de violência de gênero contra as mulheres percebem a violência e se percebem

diante dela, dando voz a narrativas de construções das subjetividades que fazem parte de processos pessoais, relacionais, sociais e políticos que estão em constante interação (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Dessa forma, os grupos reflexivos aparecem enquanto espaços que permitem também uma leitura sobre quais são as percepções da participação dos homens na sociedade e nas situações de violência, contribuindo para prevenção dessa (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

6.4 NARRATIVAS DOS/SOBRE OS(AS) FACILITADORES(AS) DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS

Neste item, apresentaremos as narrativas dos/sobre os(as) facilitadores(as) de grupos reflexivos para homens autores de violência analisando suas percepções e significados sobre os grupos reflexivos e as violências de gênero.

6.4.1 Significados das narrativas dos(as) facilitadores(as) dos grupos reflexivos sobre violências de gênero

Para um melhor entendimento a respeito das principais características das narrativas destes interlocutores, vamos apresentar brevemente os(as) facilitadores(as).

O facilitador 1 trabalha no ramo de tecnologia, não possui filhos, é casado e tem como religião espiritualista. O mesmo trabalha há pelo menos quatro anos nos grupos de homens, apresenta narrativas da relevância dos grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres.

Além disso, menciona sua esposa nas falas em relação à valorização da mulher e acredita na transformação por meio dos encontros e da participação dos homens repensando atitudes de não violência.

A facilitadora 2 trabalha no Poder Judiciário, tem filhos, é casada e sua religião é espírita. A mesma é uma das proponentes pela efetivação dos encontros do grupo reflexivo, acredita na mudança e no diálogo frente às violências contra as mulheres e dos muitos casos atendidos em sua área profissional.

No que se refere aos conflitos e às ameaças dos homens sobre suas esposas ou namoradas, sugere a necessidade da participação deles em grupos reflexivos.

O facilitador 3 trabalha com políticas públicas, não tem filhos, é solteiro e sua religião é universalista. O mesmo traz em suas narrativas a relevância da participação dos homens nos grupos reflexivos, acredita que é preciso trabalhar com o viés da prevenção, da conscientização, dos processos de debate sobre gênero e sobre a desconstrução do papel de dominação do homem sobre a mulher.

A facilitadora 4 também trabalha com políticas públicas, tem dois filhos, é casada e sua religião é católica. Esta facilitadora por meio da sua atuação diretamente com mulheres que sofrem violências de gênero apresenta preocupação acerca dos crimes contra as mulheres na cidade de Lages/SC.

Também afirma sobre o processo e desafio de ser facilitadora de um grupo reflexivo como projeto piloto – a mesma tem curso de Justiça Restaurativa e menciona que isso pode ter lhe auxiliado com a proposta do grupo reflexivo.

A partir da análise dos dados sobre as percepções e narrativas dos(as) facilitadores(as) do grupo reflexivo sobre violência de gênero, foi possível identificar duas categorias, a saber: importância dos grupos reflexivos com homens autores de violências contra as mulheres no contexto da Serra Catarinense; e consciência e desafios sobre os atos de violência dos homens contra as mulheres.

6.4.2 Importância dos grupos reflexivos com homens autores de violências contra as mulheres no contexto da Serra Catarinense

Nós seres humanos e fruto das relações sociais quando nos sentimos motivados a fazer e a participar de algo muitas vezes somos desafiados a trabalhar em questões inovadoras e com impactos nos outros e em nós mesmos.

Neste sentido, podemos perceber, ao longo das narrativas dos(as) facilitadores(as), questões referentes à motivação e a importância desses espaços para reflexões por meio do diálogo e das experiências dos homens ao longo dos encontros e os impactos na vida deles.

As principais motivações dos facilitadores foram a vinculação com amigos e colegas que trabalhavam com a temática, os números de violência contra mulheres no município de Lages, a necessidade de incluir os homens na discussão sobre a violência de gênero, a identificação de facilitadores(as) como perpetradores de violências nas relações sociais, bem como o interesse na organização e efetividade dos encontros nos grupos reflexivos.

“Fui convidado por amigos a ser facilitador, não sabia muita coisa, o grupo reflexivo não tinha nome ainda. Me chamou a atenção a quantidade de violência na cidade de Lages/SC, abriu o grupo de homens e mais homens chegando. É a primeira vez que eu falo isso para alguém que é muito importante. Eu identifiquei em mim as mesmas necessidades (Facilitador 1)”.

“A gente entende que é necessário discutir e conversar com os homens também a respeito da violência contra a mulher. Isso me fez interessar pelo tema e pela necessidade do mesmo, tínhamos a intenção de trabalhar com grupos reflexivos (Facilitadora 4)”.

De acordo com Pê *et al.*, (2022), em trabalho e estudos com grupos reflexivos através de narrativas de facilitadores(as), o papel dessas pessoas para efetivação das atividades é indispensável. Visto que os(as) facilitadores(as) geralmente são pessoas engajadas e que têm em sua história alguma relação com a violência, buscando assim caminhos para diminuir sua incidência.

Dessa forma, suas palavras apresentam as motivações que os levaram para esses espaços, dando cores e fazendo surgir muitos sentimentos durante a partilha nos grupos. Isso possibilita a manifestação de apoio entre os homens que participam das atividades, mas também entre os facilitadores que aprendem com o processo de criar novas relações (PÊ *et al.*, 2022).

Sabe-se que a prevenção da violência produz impactos no processo de construção e nas relações dos homens com outros homens e deles com as mulheres. Porém, em Lages e em Santa Catarina existe o aumento de casos de violência de gênero contra as mulheres e uma das formas seria trabalhar no caráter preventivo em referência às causas e aos atos de violência, minimizando os conflitos e produzindo reflexões (MAGNABOSCO; DA SILVA CASSEMIRO, DE SOUZA, 2020).

Todavia, foi possível perceber nas narrativas dos facilitadores uma percepção de que a ação preventiva acerca da violência contra as mulheres, por meio de grupos reflexivos, demorou para efetivar-se enquanto uma prática nos serviços públicos.

“Eu acredito no trabalho pelo processo de vida e até mesmo pelas questões culturais e outros fatores, esse trabalho é essencial, Lages demorou demais para começar, é muito importante que todos nós e a sociedade civil esteja engajada nisso (Facilitador 3)”.

“Eu fico muito feliz em relação aos encontros do grupo reflexivo Coração Valente, estava na hora, nossa cidade precisava disso. Acredito que deveríamos ter feito estas ações preventivas e falar sobre violência contra a mulher bem antes, mas que bom que existem atualmente e que sejam reproduzidos em mais lugares (Facilitador 1)”.

As ações restaurativas e de prevenção com homens autores de violência de gênero contra as mulheres objetivando a diminuição dos índices de violência no país se dão principalmente por meio dos grupos reflexivos. Neste sentido, estudos revelam a necessidade de trabalhar de forma preventiva e de conscientizar os homens sobre os atos de violência contra as mulheres (BANIN; BEIRAS, 2016; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Mesmo assim, percebe-se que por falta de uma estrutura formalizada essas atividades acabam ficando em segundo plano, pois dependem de trabalho voluntário de pessoas interessadas e preocupadas com o tema (BANIN; BEIRAS, 2016; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Além disso, no sentido da contração de uma sociedade baseada na cultura de paz, destaca-se que os espaços para discutir a violência contra as mulheres e as relações de gênero devem extrapolar atividades voltadas para homens autores de violência (DE OLIVEIRA; PEIXOTO; MAIO, 2018).

É preciso continuar a trabalhar nessa perspectiva restaurativa, mas ao mesmo tempo percebe-se a necessidade de discutir o patriarcado e a dominação masculina, bem como seus efeitos violentos, nos diferentes espaços da sociedade (DE OLIVEIRA; PEIXOTO; MAIO, 2018).

Além disso, diante do contexto trazido nas falas dos(as) facilitadores(as) foi possível perceber que os grupos eram entendidos como espaços para ouvir, falar e abordar questões culturalmente enraizadas no machismo e do patriarcado.

“Eu acho fundamental ouvir os homens, de alguma forma o conflito ele não é sozinho, tem várias variáveis, várias pessoas envolvidas, várias histórias, várias questões, não nasce isolado. A importância de ouvir os homens, entender os motivos que o levou a cometer formas de violência contra as mulheres. A importância é possibilitar que esses homens sejam ouvidos, que eles se sintam seguros para falar, eu acredito que a partir disso só, já seria um outro caminho de reflexão e uma potência enorme em possibilitar esses espaços de fala e escuta seguras (Facilitadora 2)”.

Segundo Oliveira e Scorsolini-Comin (2021), as reflexões e narrativas dos(as) facilitadores(as) também apresentaram este sentido, sendo que nos grupos os integrantes relataram se sentir acolhidos e seguros, pois puderam compartilhar sentimentos, dificuldades, anseios e desejos sem medo de serem julgados. Neste sentido, os(as) facilitadores(as) também se sentem parte do processo e se transformam no processo.

As violências de gênero estão e ocorrem em vários lugares e de diferentes formas, as que mais se apresentam e são identificadas são nos lares, no trabalho, nas ruas, entre outros lugares. Mesmo com o advento da mudança na Lei Maria da Penha em 2020 para que homens participem dos grupos reflexivos com o viés das medidas protetivas, sabemos que muitos homens não cumprem e não têm consciência da participação em um primeiro momento.

Dando continuidade nos arranjos de espaços de ouvir e do desafio que isso repercute, um dos dilemas apresentados ao longo das entrevistas com os(as) facilitadores(as) aponta para a segurança dos espaços para fala.

“A gente percebe violências em todos os aspectos, desde a questão de trabalho, a relação dentro de casa. Não basta punir apenas com medida protetiva, tem que aprofundar essa discussão, é necessário conversar com os homens, nesse sentido que eu penso que é necessário que se fale disso (Facilitadora 4)”.

Oliveira e Scorsolini-Comin (2021) apontam que a construção do espaço dos grupos, tanto no sentido físico quanto relacional, deve apresentar segurança para que seja possível falar abertamente sobre as violências e os sentimentos. Ou seja, os homens esperam que nas atividades possam se sentir mais aliviados, aprender a lidar melhor com seus conflitos e relações, fazer novas amizades, contribuir com os demais participantes e serem ouvidos em suas queixas. Deste modo, facilitadores são peça fundamental neste processo (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Neste sentido, corrobora com as percepções dos(as) facilitadores(as) que relatam suas percepções das violências em um contexto de complexidade e de não punição, em que é preciso aprofundar discussões de gênero e de violência de gênero nas conversas e contextos de um grupo reflexivo seguro (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

A proposta de não reincidir nos atos de violências é uma percepção trazida nas narrativas, tendo como reincidente apenas um dos homens participantes do grupo reflexivo ao que se refere aos atos de violência com sua esposa.

Assim, os(as) facilitadores(as) trazem uma percepção de não punição, um viés de transformação e de participação coletiva criando assim uma identidade nos encontros e no coletivo do grupo reflexivo.

“Nós precisamos fazer um trabalho com os homens do ponto de vista preventivo. Esse homem precisa ter uma oportunidade para refletir sobre essa conduta, sobre a questão da violência, questão de gênero para que ele possa não reincidir neste comportamento

violento. Precisamos verificar quais são os determinantes, quais são as causas que levam estes homens a praticarem atos violentos. Nós nos constituímos no machismo e no patriarcado, por isso que é importante que a gente realize este tipo de trabalho nos grupos reflexivos (Facilitador 3)”.

Estudos e pesquisas corroboram com as narrativas apontadas pelos(as) facilitadores(as), em que a participação dos homens autores de violência de gênero contra as mulheres vem se consolidando nos últimos anos e proporcionando um olhar ampliado e reflexivo sobre a temática da violência e a construção de autonomia com exercício de cidadania dos mesmos (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Nesse sentido, os homens autores de violência de gênero contra as mulheres são analisados não com um caráter punitivo, sendo esses agentes de sua própria transformação e conscientização de suas atitudes em conjunto com o trabalho realizado pelos(as) facilitadores(as) (BANIN; BEIRAS, 2016; BARKER, 2016; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; NETO; FIRMINO; PAULINO, 2020).

Os grupos reflexivos têm um formato de reunião e proposição do diálogo entre os envolvidos, nestes momentos em que homens autores de violência de gênero contra as mulheres e os(as) facilitadores(as) trabalham histórias, pensamentos e sentimentos.

A maneira de como esses homens chegaram construindo e recriando identidades de pertencimento em meio ao grupo reflexivo de gênero são fatores que o poder do círculo, da união, de um espaço de fala e processos de reflexões acerca dos atos de violência fazem e produzem uma reflexão do antes e do depois de participar dos encontros e das temáticas abordadas em cada encontro, segundo os(as) facilitadores(as).

“O poder do círculo faz com que esses homens olhem para o centro e reto, ali eles ficam duas ou três horas, no último encontro a gente estava de mãos dadas, homem com homem fazendo uma dança circular. É algo muito impactante, é difícil ver homens em situação de vulnerabilidade né, a gente não enxerga isso normalmente. No grupo os facilitadores enxergam as vulnerabilidades de acessar tais vulnerabilidades dos homens. Sentimento de que algo mudou, prova disso é que teve apenas uma reincidência de ato de violência de um participante com sua esposa (Facilitador 1)”.

“O grupo reflexivo tem esse papel de trazer e questionar, será que a violência e os atos de violência são a única forma de resolução? Importante pensar nessa falta de equidade, na supremacia masculina em relação à mulher. Na desconstrução da ideia do machismo e do patriarcado de que homens são superiores às mulheres (Facilitador 3)”.

De acordo com Oliveira e Scorsolini–Comin (2021), são questionadas as percepções e significados em relação aos olhares dos(as) facilitadores(as), de como a violência acaba se instaurando e sendo justificada culturalmente como se fosse algo provocado pela própria vítima. Ou seja, nesse processo há uma transformação tanto dos participantes quanto dos(as) facilitadores(as).

Outro ponto apresentado pelos(as) facilitadores(as) foi o sentimento de dificuldade de adesão dos participantes no grupo, sendo que muitos acabam não participando efetivamente, mesmo com a obrigatoriedade.

Por outro lado, os que aderem às atividades passam a identificar no seu cotidiano homens que necessitam dos trabalhos e reflexões feitas nos grupos.

“Para 2022 fizemos o convite para retomar o grupo reflexivo Coração Valente com os oito homens da primeira formação de grupo, destes seis aceitaram retomar, desses ocorreu uma reincidência, onde um deles encontra-se recluso no sistema prisional. A gente pensa muito em desenvolver grupos de homens que tem medida protetiva e outros que não necessariamente tenham medida protetiva, mas para outros homens que lidam na questão da situação de violência. Os próprios homens nos encontros lembram de homens para trazerem para os grupos, homens que cometeram ou cometem violência contra as mulheres (Facilitadora 4)”.

Nota-se que o contexto patriarcal faz com que seja muito difícil para alguns homens debater sobre suas percepções e atitudes. Belarmino e Leite (2020) apontam para a dificuldade de adesão desses homens como um fator situacional, pelas condições de vida, mas também por conta da própria lógica machista.

Assim, mesmo os grupos reflexivos sendo reconhecidos como um local importante pelos facilitadores, ainda carecem desse reconhecimento por alguns homens autores de violência que persistem fechados em suas percepções. Isso acaba sendo um desafio para os facilitadores que precisam mediar e incluir também esses homens no processo.

6.4.3 Consciência e desafios sobre os atos de violência dos homens contra as mulheres

A violência e as múltiplas formas em que a mesma se manifesta provocam significados e deixam marcas nas mulheres que as sofrem. Os agressores muitas vezes são os próprios maridos, namorados ou pessoas próximas.

Uma maneira de trabalhar tais atos de violências e conflitos em relação às mulheres é por meio da participação dos grupos reflexivos.

Neste sentido, as narrativas dos(as) facilitadores(as) apontam o grupo reflexivo como um espaço para conscientizar e humanizar. Segundo eles(as), esses são fatores trabalhados nos encontros, bem como a empatia de dialogar, refletir e criar novos significados diante o antes, o durante e o depois dos aspectos trabalhados nos grupos reflexivos.

“Eu sinto que no começo muitos estavam cientes de que algo aconteceu, mas não entendiam a gravidade e se sentiam muito injustiçados, diziam: a mais eu fiz isso porque ela fez isso. Uma violência não nasce sozinha, ela é uma árvore que foi regada ao longo de muito tempo, ela é um fruto de uma árvore que já caiu. Com o tempo nos encontros eles foram percebendo e sentindo o motivo de estarem no grupo reflexivo e se transformando a cada encontro (Facilitador 1)”.

“Quando os homens chegaram parecia que não, tanto que foi algo que angustiou a nós como facilitadores. A gente pensava assim, mas não estamos conseguindo mexer naquilo que também tinha uma certa ansiedade da nossa parte. A gente precisa mexer naquilo que motivou e legitimou de estarmos aqui. **Ao longo dos encontros esses homens conseguiram refletir e entender melhor o processo do grupo reflexivo e o impacto em suas vidas, que eles praticaram violência em algum momento contra suas mulheres** (Facilitador 3)”.

De acordo com Oliveira e Scorsolini-Comin (2021), estudos trazem reflexões que partem de características individuais, desconsiderando os meios em que vivem e as socializações de gênero que os atravessam desde a infância, acompanhando-os no estabelecimento de suas relações amorosas da vida adulta. Dessa forma, os facilitadores analisam o processo do antes e depois da inserção dos homens frente ao grupo reflexivo, promovendo aspectos de mudança de atitudes e comportamentos dos mesmos e nas narrativas dos homens com tomada de consciência ao longo dos encontros (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Nesse sentido, as principais narrativas corroboram com as dos(as) facilitadores(as) e a reprodução da cultura machista e a construção de novos significados conforme os temas trabalhados e a participação envolvendo os participantes do grupo reflexivo (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

O convívio com os filhos mesmo quando o casal não está mais junto, ou em processo de separação, são questões que muitas famílias passam por esta situação. No caso quando existem as medidas protetivas ou afastamento do agressor é necessário que sejam cumpridas as normas e legislação pertinente.

As violências ocorrem e são manifestadas por uma ou mais pessoas e não nascem de maneira isolada, ou seja, existe um conflito e atos de violências, principalmente as violências de gênero contra as mulheres.

Os grupos reflexivos são espaços de discussões e podem ser refletidas tais percepções em que muitos homens têm filhos(as) e que por vários motivos estão afastados ou não podem visitar seus filhos e suas filhas.

Foi possível perceber que os homens autores de violências de gênero contra as mulheres puderam refletir sobre atos de violência e a respeito do processo de separação e dos filhos, os encontros em conjunto com facilitadores promovem reflexões e pensamentos ocasionando tomadas de decisões desses homens.

“Eu acredito que uns mais que os outros, não estavam todos no mesmo estágio. A gente sabe que a violência nunca é de um lado só, cada um ali tinha uma história. **Tinha dois participantes que estavam afastados do convívio com seus filhos e durante o grupo foram trazidas várias reflexões do mesmo frente ao grupo e as questões de mudanças** (Facilitadora 4)”.

De acordo com De Aguiar e Diniz (2017), estudos trazem que a dinâmica dos atendimentos aos homens autores de violência tem como objetivo criar a promoção de se pensar na responsabilização em relação às violências praticadas no contexto de favorecer uma construção de novas habilidades de comunicação e criar alternativas para trabalhar as várias formas de violência em se tratando de problemas e conflitos familiares.

Nesse sentido, os autores corroboram com as narrativas dos(as) facilitadores(as) do grupo reflexivo, em que existem conflitos e novos arranjos familiares ocorrem em meio às relações sociais – alguns homens têm dificuldade de aceitar que a vida de suas companheiras segue com novos relacionamentos e decisões das mesmas –, e neste contexto estão os filhos em que existem casos de alienação parental e da dominação masculina (DE AGUIAR; DINIZ, 2017).

Na sociedade contemporânea existe o preconceito quando um homem é casado ou apaixonado por outro homem, e na mesma questão na relação de uma mulher com outra mulher, construções culturais legitimadas na estrutura da violência simbólica e da dominação masculina frente aos paradigmas do patriarcado.

Quando um homem se julga ser traído, ou trocado por uma mulher, vem à tona os valores culturais e sociais tradicionais, ainda mais quando este homem é violento ou comete violências de gênero contra a sua esposa, companheira ou namorada.

“Um caso que ficou evidente para mim foi o sentimento de traição que um deles tinha, esse homem a companheira dele acabou deixando dele para ter um relacionamento com uma mulher. **A sociedade cobra muito, cobra os valores sociais. Nas falas desse homem ele sentia vergonha em falar sobre** isso (Facilitador 1)”.

“Um dos homens trouxe o relato de que foi trocado e traído por sua mulher por outra mulher, **o mesmo não aceitava isso frente aos olhos da sociedade e o que ele achava ser o certo da sua criação** (Facilitadora 2)”.

De acordo com Pê *et al.*, (2022), estudos abordam processos de conscientização e reflexões sobre percepções do entendimento das masculinidades e de gênero ao tentar excluir fragilidades que os homens têm nos aspectos emocionais, sentimentos e sofrimentos, onde muitas vezes são vistas de maneira negativa (PÊ *et al.*, 2022).

Nesse sentido, os autores corroboram com experiências que nos fazem refletir sobre a importância do acolhimento e da escuta realizada durante o grupo reflexivo, espaços em que os homens possam falar sobre sofrimentos, contradições, preconceitos e assuntos referentes à dominação masculina e com viés de igualdade de gênero e desconstrução do patriarcado, promovendo novos olhares e consciência dos atos de violência (PÊ *et al.*, 2022).

O papel das mulheres e o que é esperado das mulheres na cultura machista com a reprodução cultural do patriarcado estão enraizados e reforçam o papel de gênero e da dominação masculina.

Além de como são designadas as responsabilidades e afazeres para as mulheres, ainda se não bastasse tais violações de direitos, as mulheres são cobradas para zelar e cuidar do lar, dos filhos, do marido, estar disponível sexualmente, entre outras atribuições impostas a essas mulheres.

“Eu percebo que esses homens chegam trazendo representações e narrativas muito próprias da nossa cultura, coisas como mulher tem que se dar ao respeito. Narrativas que reforçam o papel de gênero para a mulher nesse caso, e sempre na perspectiva de uma mulher sensível. **De que a mulher deverá estar disponível a esse homem nas questões do lar, na parte sexual, cuidar dos filhos, fazer comida, lavar, passar, dentre outras coisas. Essa questão de atitude na supremacia masculina** (Facilitador 3)”.

De acordo com Oliveira e Scorsolini-Comin (2021), são traçados estudos na percepção dos(as) facilitadores(as) que diante às falas dos homens autores de violência percebe-se que os homens autores de violência apontam narrativas de terem dificuldades de entender o real significado da participação no grupo reflexivo, ou seja, esses homens têm dificuldade de refletir

e discutir o que é ser homem, sentimentos, construção da masculinidade e a desconstrução de papéis sociais criados a respeito das violências de gênero (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Nesse sentido, as narrativas corroboram com o estudo apresentado, os(as) facilitadores(as) percebem que os homens autores de violência ao longo dos encontros repetem falas de dominação masculina, reforçando os papéis designados às mulheres na cultura patriarcal e que esses homens não se percebem como sendo violentos nos primeiros encontros, alguns até fazem um processo reflexivo de admitir atos de violência e narrativas de mudanças sobre as violências de gênero contra as mulheres (OLIVEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

A pandemia trouxe aspectos das pessoas ficarem mais em seus lares e com isso o crescimento de conflitos e dilemas nas relações sociais, além do aumento das violências e atos de violências contra as mulheres.

A violência de gênero contra as mulheres em tempos da pandemia deve ser discutida nos grupos reflexivos, pois o isolamento e o distanciamento social dessas mulheres acarretam no agravamento de atos de violências com mulheres e no âmbito familiar, em que alguns casos não é realizada a denúncia das agressões ou dos atos de violências.

Dessa forma, o processo contínuo de formação e a participação dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres e dos(as) facilitadores(as) atuando como mediadores(as) nos grupos reflexivos são necessários para que sejam legitimados espaços conscientes de suas atitudes e reflitam sobre suas vivências sociais, familiares e que sejam agentes de mudanças e transformações, para que estes homens não cometam violências contra suas esposas e reflitam no cotidiano.

“Alguns homens criticam o comportamento de suas companheiras, por não entender a totalidade da questão dos filhos frente ao relacionamento. O período da pandemia também foi tão pesado, então vamos retomar sobre algumas reflexões das violências contra as mulheres durante o período. **É preciso continuar com os grupos reflexivos e dar continuidade na formação dos participantes e facilitadores para as mudanças e transformação de atitudes** (Facilitadora 4)”.

De acordo com Pê *et al.* (2022), estudos que traçam indicadores de violência de gênero contra as mulheres em tempos da pandemia da Covid-19, de modo geral, evidenciam que a violência contra a mulher aponta para reflexos de preocupação em consonância dos dados, tendo crescimento acirrado de casos de homicídio no Brasil (PÊ *et al.*, 2022).

No ano de 2018, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA mostram que 4.519 mulheres foram assassinadas (PÊ *et al.*, 2022).

Nesse sentido, PÊ *et al.* corroboram com as narrativas dos(as) facilitadores(as) sobre as violências na Serra Catarinense em tempos de pandemia, uma forma de trabalhar com temas no grupo reflexivo e de promover reflexões e processos contínuos de formação e participação coletiva dos homens autores de violência e dos(as) facilitadores(as) (PÊ *et al.*, 2022).

Dessa forma, abrindo espaços para debates do tema nas universidades, escolas, clubes e cenários da sociedade de maneira em geral, é um assunto relevante que merece atenção como fatores sociais e históricos onde as mulheres sofrem violações de direitos e resquícios da cultura contemporânea do patriarcalismo e da dominação masculina (PÊ *et al.*, 2022).

Para uma análise dos pressupostos teórico e metodológicos, bem como a temática trabalhada ao longo da dissertação, a seguir abordaremos as considerações finais que vêm a contribuir e lapidar esta etapa do trabalho com significados e narrativas trazidos pelos participantes e junto de suas histórias e momentos do pré-grupo e pós-grupo reflexivo de gênero.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema violência de gênero contra as mulheres foi escolhido devido a sua relevância social, econômica, cultural, de gênero e acadêmica, em que o crescimento de maneira significativa de casos de violências contra as mulheres em nível mundial, brasileiro, catarinense e no município de Lages/SC.

Em pleno século XXI, a violência de gênero contra as mulheres ainda vem tomando proporções que ferem os princípios dos direitos humanos e da cidadania das mulheres em exercer suas ações, suas escolhas, seus desejos, etc.

Neste sentido, o Grupo Reflexivo Coração Valente para homens autores de violência de gênero contra as mulheres efetivado em 2019 e analisado nesta pesquisa promoveu processos de discussões, reflexões sobre os fatores sociais e históricos perpassados em suas vidas e de como transformar hábitos e costumes enraizados na sociedade do patriarcalismo no contexto da Serra Catarinense.

Neste sentido, o problema da pesquisa que apresentamos nesta dissertação vem a trazer evidências sobre sabermos os sentidos construídos nas narrativas dos participantes e facilitadores(as) do grupo reflexivo de gênero para homens sobre as violências de gênero contra as mulheres na cidade de Lages, onde sabemos ser um estudo com ineditismo e que precisa haver mais estudos e grupos reflexivos em Lages e no país.

No entanto, em relação aos homens autores de violência de gênero contra as mulheres, foram encontradas narrativas que reforçam a dominação masculina, a cultura do patriarcado, a negação de atos violentos, a violência geracional e a reincidência de atos violentos.

De modo geral, os(as) facilitadores(as) trazem narrativas e desafios de mais grupos reflexivos, reforçam a necessidade do processo de prevenção de atos de violência e da continuação de formação continuada dos participantes.

Retomando os objetivos específicos elencados na dissertação, identificou-se que os interlocutores em que sua grande maioria são naturais de Lages/SC, trazendo falas e percepções machistas, bem como negação da violência nos primeiros momentos.

Neste sentido, foi possível perceber que tanto os homens autores de violência quanto os(as) facilitadores(as) em um primeiro momento tiveram situações desafiadoras, pois foi um projeto piloto na cidade e todos estavam com certa aflição.

A partir desse entendimento, no decorrer dos encontros e das dinâmicas trabalhadas, o grupo foi ganhando uma identidade e a denominação de “Coração Valente”, atribuindo-se processos reflexivos e de transformações na vida social e psicológica na vida dos mesmos.

Ressaltamos a relevância do olhar interdisciplinar dos(as) facilitadores(as) na organização e efetividade dos encontros, pois as áreas de atuação desses favoreceu um olhar ampliado da área do judiciário, da psicologia, do serviço social, de empresas e políticas públicas, bem como o reconhecimento das fragilidades que o grupo apresentou ao longo dos encontros.

A partir deste entendimento, por meio da realização da pesquisa de campo, foi possível perceber as narrativas desses homens e facilitadores(as) que possibilitaram uma melhor compreensão dos significados – sendo esses significados uma construção e desconstrução de valores, pensamentos, atitudes com suas esposas, além de como os envolvidos pensavam e pudessem agir a partir das discussões nos encontros, construindo novas formas de conscientização de atos da não violência com suas mulheres e no convívio familiar.

Neste sentido, foi possível identificar nas narrativas que esses homens (interlocutores) reproduzem a cultura do patriarcado devido suas gerações anteriores disseminarem o machismo e a violência em suas múltiplas facetas.

De modo geral, de acordo com as narrativas dos(as) facilitadores(as) foi possível identificar que apenas a promulgação da Lei Maria da Penha não é o suficiente para a redução dos índices de violência contra as mulheres e do feminicídio.

No entanto, é necessária a realização da ampliação de trabalhos de prevenção das violências de gênero contra as mulheres no campo da saúde, da educação e da assistência social.

Percebemos enquanto pesquisadores que este trabalho vem contribuir com novos olhares e construções teóricas e metodológicas sobre violência de gênero contra as mulheres no cenário da região da Serra Catarinense, sendo um estudo até então inédito no campo empírico pesquisado, e que sejam realizados e construídos mais processos de grupos reflexivos.

Como principais limitações do autor desta dissertação na realização do presente estudo elenco: trabalhar em diversos espaços, sendo eles professor da Uniplac do curso de Serviço Social, assistente social atuante no Complexo da Ponte Grande, assistente social do Ambulatório de Adolescentes da Uniplac, bem como ser músico e interpretar trabalhos autorais e artísticos de quatro bandas, além do nascimento da minha filha Marina, o que existiu em certos momentos questões de complexidade de intercalar com os estudos.

De modo geral, a relevância de trabalhar e abordar temas emergentes e que merecem atenção da sociedade para que sejam tomadas iniciativas de prevenção e da conscientização dos homens autores de violência por meio dos grupos reflexivos em que a riqueza está no espaço de fala, na conscientização, na construção e na interpretação de novos olhares e percepções de mundo.

Foram identificados os fatores sociais, em relação aos homens terem um trabalho, serem os provedores do lar, ter voz ativa, pouco grau de estudo e com aspectos de vivências oriundas do patriarcado, sendo que após a entrada e participação no grupo reflexivo Coração Valente iniciou um processo de ressignificações e transformações na vida dos mesmos.

Para os(as) facilitadores(as) sobre as violências de gênero ficou evidenciada a preocupação de se ter mais grupos reflexivos de gênero, bem como demorou a iniciar tal processo em Lages. Outro aspecto trazido é que sejam realizados grupos reflexivos com mulheres abordando vários temas e vislumbrando um maior protagonismo das mesmas.

Desse modo, visto a relevância de acordo com as discussões sobre o patriarcado, questões de gênero e dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres, recomendamos e indicamos novos estudos e pesquisas que retratem o cenário das violências de gênero contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Fernando. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil** / Fernando Acosta, Gary Barker. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.
- ADAMOLI, Marco Antônio; *et al.* Uma análise discursiva das designações em “Bela, recatada e do lar”. **Polifonia**, v. 25, n. 37.1, p. 73-87, 2018.
- AGENDE AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO – AGENDE. **10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará**. Brasília, 2004.
- AL DOSARY, A. H. Health impact of domestic violence against Saudi Women: cross sectional study. **International Journal of Health Sciences**, v. 10, n. 2, 2016.
- ALVARENGA, A. T.; *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. São Paulo: Ed. Manole, 2011. Cap. 1, p. 31 – 68.
- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe–CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres–SPM UnB, Brasília, 2005.
- _____. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. 2013.
- BANIN, S. A.; BEIRAS, A. A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 3, p. 523-535, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARKER, G. Male violence or patriarchal violence? Global trends in men and violence. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 316-330, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000100316&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/05/20.
- BASTOS, L. C; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. PUC, Rio de Janeiro: **Delta**, v. 31, n. 4, p. 97-126, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/y8hlknqrjqs8zpdhjy4fqh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05/10/21.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

- BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. **Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.
- BEIRAS, A; NASCIMENTO, M; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra a mulher: panorama das intervenções no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.28, n.1, p. 262-274. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-262.pdf>. Acesso em: 10/05/20.
- BELARMINO, Victor Hugo; LEITE, Jáder Ferreira. Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. **Psicologia & sociedade**, v. 32, 2020.
- BENDO, Amanda Colares. **Os desafios de implementação da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006): estudo da estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência e a implementação de políticas públicas no estado de Santa Catarina**. 2018.
- BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco Javier. **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2a ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**. Florianópolis: EDUFSC, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2006.
- _____. **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação.**/ Jacy Curado e Daniela Auad. (Orgs.). Campo Grande, 2008.
- _____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas as mulheres**. Brasília, 2010.
- _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília, 2005.
- BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Assis;LIMA, Daniel. **Homens, gênero e violência contra a mulher**. 2013.
- CAMPOS, Dalvan Antônio de; *et al.* **Homens de atitude: uma etnografia das construções de masculinidades, suas relações com a vida nas ruas e a saúde de homens moradores de rua de Florianópolis-SC**. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> . Acesso em: 14/11/2020.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMID, J. W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241- 282, 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf. Acesso em: 14/11/20.

CORDEIRO, Anna Renata Pinto de Lemos. **Entre punição, prevenção e assistência**: repertórios e jogos de posicionamento de profissionais sobre homens na rede de atenção à violência contra a mulher em Recife-PE. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco.

CORDEIRO, Suzann. **Até quando faremos relicários?**: a função social do espaço penitenciário. Ufal, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

_____. **Resolução n.º 510 de 17 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. **Representações da Violência de Gênero para Homens e Perspectivas para a Prevenção e Promoção da Saúde. Saúde do Homem em Debate**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 175-199, 2011.

DE AGUIAR, Luiz Henrique Machado; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, 2017.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia; DE MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. Brasiliense, 2017.

DE AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**, 2016.

DE OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo; MAIO, Eliane Rose. A educação enquanto promotora de uma cultura de paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. **Revista Amazônica**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas [e-ISSN: 2527-0141], v. 3, n. 2, p. 27-39, 2018.

DEBERT, G. G; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf> . Acesso em: 07/11/20.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher-com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social & Sociedade**, p. 359-378, 2020.

FIRMINO, I. M.; PAULINO, R. V. A construção social do estigma em masculinidade: uma revisão de literatura. **Revista Científica FAGOC – Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, 2020.

Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/504/433>. Acesso em: 16/05/20.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUKS, S.; ROSAS, E. V. A FSPC – facilitação sistêmica de processos coletivos – em grupos, organizações e comunidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 23, n. 48, p. 8-23, 8 mar., 2016. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/47/30>. Acesso em: 18/03/21.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Renata Nascimento. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 2, n. 1, 2016.

GREGORI, M. Relações de violência e erotismo. In: **Cadernos Pagu (20)**, p. 87-120, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a03.pdf>. Acesso em: 20/09/20.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. 1998. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf. Acesso em: 20/09/20.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=em&nrm=iso. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Plataforma Gueto. 1ª ed. 1981. Tradução livre. Janeiro, 2014. Disponível em: https://plataforma.gueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 07/11/20.

INSTITUTO AVON. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2011.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor, Ponta Grossa**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011. Disponível em: <https://www.revistas2.uapg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>. Acesso em 09/03/2020.

LIPOVETSKY, Gilles. **La tercera mujer**. Barcelona: Anagrama, 1999.

LINCOLN, Yvonna Sessions. **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2000.

LOCKS, G. A. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da serra catarinense. **In: Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages (SC): Ed. UNIPLAC, 2016.

MACÁRIO, E. M. Impacto da Violência na vida das mulheres. **Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)**. Ministério da Saúde, Brasília, 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. **Sexo, estupro e purificação**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

MAGNABOSCO, Camilla Donida; DA SILVA CASSEMIRO, Pâmela Mayara; DE SOUZA, Patrícia Alves. Registros de violência contra a mulher no Instituto Médico Legal em Lages, no Estado de Santa Catarina, Brasil, no período de 2004 a 2012. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e842997817-e842997817, 2020.

MANITA, Celina. Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. **Ousar e integrar-revista de reinserção social e prova**, n. 1, p. 21-32, 2008.

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Homicídio de mulheres no Brasil**. 2012.

MEDRADO, Benedito; *et al.* **Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. 1. ed. Recife: Instituto Papai, 2010.

MELLO, Rodrigo Pontes de. **Violência de gênero e educação: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MICHAELIS. **Dicionário Online - Dicionários Michaelis – UOL**. 2013.

MINAYO, M. C. S.; *et al.* **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S7-S18, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=s_ciarttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso: 25 Apr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social. Brasília.** 2005.

MOURA, Juliane Quevedo de; *et al.* Homens autores de violência contra mulher: Um estudo descritivo. **Contextos Clínicos**, v. 13, n. 1, p. 174-197, 2020.

MOURA, Leides Barroso Azevedo; LEFEVRE, Fernando; MOURA, Valter. Narrativas de violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1025-1035, 2012.

NARVAZ, Martha. **Submissão e resistência:** explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./apr., 2006.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 19a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.51-66.

NETO, Ivaldo Francisco de Oliveira Neto; FIRMINO, Itamar Martins Firmino; PAULINO, Pedrita Reis Vargas Paulino. A construção social do estigma em masculinidade-uma revisão de literatura. **Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Caíque Diogo. O declínio do homem provedor chefe de família: entre privilégios e ressentimentos. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 22, p. 202-228, 2020.

OLIVEIRA, Juliana de; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

OSTERNE, M. S. F. **Família, pobreza e gênero:** o lugar da dominação masculina. Fortaleza: Eduece, 2001.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu, Campinas**, n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>. Acesso em: 20/09/20.

PATEMAN, Carole. Fazendo contratos. Confusões Patriarcais. PATEMAN, Carole. **O Contrato sexual**, Rio de Janeiro. Paz e Terra, p. 15-65, 1993.

PÊ, Felipe Zeferino; *et al.* Violência contra a mulher: experiência de profissionais facilitadores de um grupo reflexivo de homens. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, p. 87-102, 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES. **Perfil da violência contra a mulher em Santa Catarina e em Lages.** 2022. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/noticia-descricao/2430/estatisticas-recentes-tracam-o-perfil-da-violencia-em-santa-catarina-e-em-lages->

RAYNAUT, C. Os Desafios Contemporâneos da produção do conhecimento: O apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional INTERthesis**. Doutorado interdisciplinar em ciências humanas – UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2014v11n1p1>

ROSA, A.G. **A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem agressor**. Florianópolis. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Traduzido por: Chistine; Edileuza e Sonia. Recife. 1993.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, 2001.

_____. Gênero, patriarcado, violência. 1. ed. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2004, 151p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plu_ginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/g%c3%aanero%2c%20patriarcado%2c%20viol%c3%aaancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf. Acesso em: 07/11/20.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 82-91, 1999.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Flacso - Brasil, 2009.

_____. Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais**, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 2012.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SCULOS, B. W. "Who's Afraid of 'Toxic Masculinity'?", *Class, Race and Corporate Power*: v. 5, Iss. 3, Article 6. **Classe, Raça e Poder Corporativo**, 2017. Disponível em: <https://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1108&context=classracecorporatepower>. Acesso em: 16/05/20.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA. **Mortalidade por feminicídio**. 2022. Disponível em: https://www.ssp.sc.gov.br/files/pesp_anexo3/01%20plano_de_acao_contra_o_feminicidio.pdf

SILVA, F. A.; *et al.* Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 177-190, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17/05/20.

SIMMEL, G., **A natureza sociológica do conflito**, in Moraes Filho, Evaristo (Org.). Simmel, São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Danúbia Zanotelli; CHARLES, CHARLOT JN; CERQUEIRA, CCAX. Femicídio no Brasil: gênero de quem mata e de quem morre. **XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2019.

STOLLER, Robert, J. A further contribution to the study of gender identity. **International Journal of Psycho-Analysis**, v. 49, p. 364-368, 1968.

SULTANA, A.M. Patriarchy and women's gender ideology: A socio-cultural perspective. **Journal of Social Sciences**, v. 6, n. 1, p. 123-126, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49619845_patriarchy_and_women%27s_gender_id_eology_a_socio-cultural_perspective. Acesso em: 16/05/20.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Periódicos UFSC**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/veristacfh/article/view/21784582.2017v51n1p174/34480> . acesso em: 17/05/20.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. “Deixa eu te contar uma coisa...”: possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p. 25-36, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da Entrevista com os homens autores de violência de gênero contra as mulheres

CABEÇALHO DA ENTREVISTA

1. Participante Número _____
2. Tem filhos? Não () Sim () Quantos _____
Idades dos filhos (as) _____
3. Você trabalha? Não () Sim () Qual local _____
4. Qual seu estado civil atualmente?
() solteiro () divorciado () união estável () casado
5. Religião _____
6. Onde mora? _____

ROTEIRO DA ENTREVISTA

7. Na sua opinião, o que é uma boa esposa, uma boa companheira?

8. Sua esposa/companheira trabalha? Em que?

9. Qual a religião da sua esposa?

10. Poderia explicar sobre como você trata a sua companheira: quem decide sobre os assuntos (financeiros, supermercado, compras de roupas, eletrodomésticos, etc) na sua casa?

11. Poderia descrever sobre como a sua companheira te trata?

12. Quando e por que vocês discutem? Quem começa a discussão? Que tipo de comentários? Há algum tipo de violência?

13. Na sua percepção, a tua esposa comete algum tipo de violência contra você? Qual/Quais?

14. Na sua infância seu pai ou padrasto cometeu algum tipo de violência contra você ou com algum membro de sua família?

15. O que você achou do grupo reflexivo? Como você se sentiu? O que mais te marcou/chamou a atenção durante a realização do grupo?

16. Após a tua participação no grupo houve alguma mudança na forma de tratar a sua mulher e filhos (as)?

17. Você indicaria/diria para seus amigos participarem do grupo reflexivo?

18. Como tem sido a sua vida diária após a realização e participação no grupo reflexivo?

19. Você continua em contato com os facilitadores e/ou outros homens que participaram do grupo reflexivo?

8. Na sua opinião, qual é a importância da realização de grupos reflexivos com homens autores de violências de gênero contra as mulheres?

9. Durante a realização do curso você observou alguma mudança na forma de pensar e agir dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres? E alguma mudança na sua forma de pensar?

10. Poderia descrever essas mudanças e quais as narrativas que chamou sua atenção?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**NARRATIVAS DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE LAGES: GRUPO REFLEXIVO**”. O objetivo deste trabalho é compreender as narrativas dos participantes e facilitadoras/es de um grupo reflexivo sobre as violências de gênero contra as mulheres para homens autores de violência no município de Lages, Santa Catarina. Os participantes do estudo serão seis homens que participaram ou participam do grupo reflexivo, sendo estes encaminhados pelo poder judiciário, onde será realizado contato com o poder judiciário do município de Lages/SC para informar e apresentar a proposta da pesquisa. Em seguida serão realizados os contatos telefônicos com os(as) participantes da pesquisa. E também, serão entrevistados(as) quatro facilitadoras(es) que atuaram na realização do Grupo Reflexivo, sendo previamente agendadas a sua conveniência. O local de estudo será nas dependências da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), onde ocorrem as reuniões do Grupo Reflexivo de gênero Coração Valente e serão tomados os cuidados de distanciamento e questões pertinentes a saúde nos tempos da Covid-19, a sala do Grupo de Pesquisa – Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL) possui uma infraestrutura que contempla as diretrizes de saúde para os participantes se sentirem à vontade e participarem do estudo. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar, compreender, analisar e conhecer os principais referenciais teóricos sobre patriarcado, políticas de masculinidades e violências de gênero contra as mulheres. **De acordo com a resolução 466/2012** “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados” e também de acordo com **a resolução 510/2016** “Art. 4: O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante”, onde trata dos princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e dos esclarecimentos a todos(as) envolvidos(as) na pesquisa. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer de maneira que consiste em fatores psicológicos ou arrependimento da participação, porém serão tomados os procedimentos éticos e acolhimento dos mesmos para não ocorrer transtornos em suas vidas, além também dos mesmos cuidados com os/as facilitadores/as que participarão da pesquisa, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados, por ventura se os participantes apresentem problemas emocionais em decorrência da pesquisa, os mesmos serão encaminhados para atendimento na Clínica de

Psicologia da Uniplac, objetivando minimizar os riscos e respeitando os fatores éticos e de vida de cada participante e de forma gratuita. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia. Mesmo depois de assinar, o participante continua com o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa. Como benefícios da realização da pesquisa podemos citar: contribuição potencial na realização dos próximos grupos reflexivos para homens, pois com esta pesquisa espera-se conhecer e compreender as principais narrativas dos homens autores de violências de gênero contra as mulheres. Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com as Resoluções CNS nº466/12, nº 510/16 e complementares. Esta pesquisa foi aprovada com parecer número 5.292.255 do Comitê de ética e de acordo com os parâmetros da Plataforma Brasil. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (49)991243148 ou (49)30193589, ou pelo endereço Rua: Zeca Neves, Nº 130, Centro, CEP:88502-225, Lages/SC. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ (nome por extenso e CPF) declaro que após ter sido esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

(Nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, ____ de _____ de _____.

Responsável pelo projeto: Wander Galvão Lopes Fernandes.

Orientadora: Dra. Mareli Eliane Graupe.

Coorientador: Dr. Dalvan de Campos

Endereço para contato: Rua: Zeca Neves, Nº 130, Centro, CEP:88502-225, Lages/SC.

Telefone para contato: (49)991243148 ou (49)30193589

E-mail: wander@uniplaclages.edu.br ou wander.galvao@yahoo.com.br

E-mail orientadora do projeto: prof.mareli@uniplaclages.edu.br

E-mail coorientador do projeto: dalvandecampos@uniplaclages.edu.br